EXTENSÃO DE GURÚÈ

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elsa Maria Fortes Xavier da Barca

Governação Participativa e seu Impacto na Tomada de Decisões de Políticas Locais: Uma Análise do Governo do Distrito do Ile (2021-2022).

Gurúè , Outubro de 2023

Governação Participativa e seu Impacto na Tomada de Decisões de Políticas Locais: Uma Análise do Governo do Distrito do Ile (2021-2022).

Elsa Maria Fortes Xavier da Barca

Dissertação, a ser apresentada na Universidade Católica de Moçambique Extensão de Gurúè, como requisito para obtenção do grau de Mestrado em Administração Pública.

Supervisora: MA. Ivânia Viola

Gurúè, Outubro 2023

Índice

Dedicatória.....VI
Agradecimentos..... VII
Lista de Abreviaturas..... VIII
Lista de Figuras IX
Resumo X
Abstract.....XI
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....1
1.1.Introdução.....1
1.2. Problematização.....2
1.2.Objectivos.....3
1.3.1. Objectivo Geral.....3
1.4.Justificativa.....3
1.5.Relevância de Estudo.....4
1.6.Perguntas de Pesquisa.....5
1.7. Delimitação da Pesquisa.....5
CAPITULO II: REVISÃO DE LITERATURA.....6
2.1. Conceptual Teórico.....6
2.1.1. Governação Local.....6
2.1.2. Participação 7
2.1.3. Governação Participativa.....9
2.1.3.1. Representação Social.....12
2.1.3.1. Impacto da Governação Participativa.....13
2.1.4. Tomada de decisões de políticas locais e seus impactos.....14
2.1.5. Factores da autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação.....16
2.1.6. Desafios e Estratégias para fortalecimento da governação participativa 17
2.2. Literatura Empírica.....19
2.3. Literatura Focalizada.....20
CAPITULO III: METODOLOGIA.....21
3.1. Tipo de Pesquisa.....21
3.1.1. Quanto ao enfoque.....21
3.1.2. Quanto a Natureza 21
3.1.3. Quanto Procedimentos Técnicos 22
3.1.4. Quanto aos Objectivos.....22
3.2. Participantes da Pesquisa.....23

3.2.1. Critério de Determinação de Amostra 23
3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados 23
3.3.1. A entrevista semi-estruturada 24
3.3.2. Revisão bibliográfica. 24
3.3.3. Pesquisa documental 24
3.4. Técnicas e Instrumentos de Analise e Validação de Dados 25
3.5. Limitações do Estudo 25
3.6. Aspectos Éticos 26
CAPITULO IV: Apresentação, análise e interpretação de dados 27
4.1. Apresentação de dados 27
4.2. Discussão de Resultados 39
CAPITULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES 43
5.1. Conclusões 43
5.2. Sugestões 44
Referência Bibliográfica 46
Apêndices 49

Declaração

Eu, Elsa Maria Fortes Xavier da Barca, declaro que a dissertação intitulada "Governação Participativa e seu Impacto na Tomada de Decisões de Políticas Locais: Uma Análise do Governo do Distrito de Ile (2021-2022)" é fruto do meu próprio trabalho, desenvolvido sob a orientação da minha supervisora. Salvo indicação contrária por meio de referências, todo o conteúdo é original e de minha autoria.

Todos os recursos, literaturas e outros trabalhos citados na dissertação estão devidamente referenciados e reconhecidos.

Nenhuma parte deste trabalho foi submetida para obtenção de qualquer outro grau ou qualificação em qualquer universidade ou instituição de ensino.

Gurúè, Outubro de 2023

A Estudante	A Supervisora
_____	_____
Elsa Maria Fortes Xavier da Barca	MA. Ivânia Viola

Dedicatória

À minha família, cujo amor e compreensão foram essenciais nos momentos em que minha presença se fez escassa devido ao trabalho. Agradeço por serem minha fortaleza, proporcionando-me a capacidade de superar cada adversidade.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, dirijo minha mais profunda gratidão a Deus, fonte inesgotável de força, inspiração e sabedoria, que guiou cada passo desta jornada.

À minha família, alicerce constante de amor e suporte, expresso minha eterna gratidão. Foram vocês que me deram força nos momentos de incerteza e celebração nos de conquista.

À minha supervisora, MA. Ivânia Viola, agradeço imensamente pela orientação, paciência e sabedoria compartilhada. Seu apoio foi vital para a realização deste trabalho.

Aos docentes e funcionários da UCM Extensão de Gurué, o meu sincero agradecimento. Sua dedicação e empenho não apenas enriqueceram minha formação, mas também criaram um ambiente propício para o desenvolvimento académico.

Aos meus colegas, pelo companheirismo e pelas experiências compartilhadas, meu reconhecimento e gratidão. Juntos, enfrentamos desafios e celebramos vitórias.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a concretização deste projecto. Cada gesto de apoio, palavra de incentivo ou simples acto de carinho foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Obrigado a todos. A vitória é nossa!

Lista de Abreviaturas

CL – Conselho Local

GP - Governação Participativa

IP - Instituições de Participação

MA - Mestre

ONG's - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

UCM- Universidade Católica de Moçambique

Lista de Figuras

Fig.1 - Edifício do Governo do Distrito----------50
Fig.2- Edifício do Hospital Distrital do Ile ----------50

Resumo

No Distrito de Ile (2021-2022), a governação participativa é vista como vital para uma democracia saudável e para legitimar políticas locais. Embora existam mecanismos formalizados para incentivar a participação cidadã, a pesquisa identificou uma marcada auto-exclusão do processo, questionando a eficácia e representatividade dessas iniciativas. Vários obstáculos, incluindo a falta de valorização da voz cidadã, dificuldades de articulação, e a existência de barreiras socioeconómicas, contribuem para este fenómeno. A pesquisa, de natureza qualitativa e aplicada, envolveu entrevistas com membros do governo e do Conselho Consultivo Distrital, revelando preocupações sobre a representatividade nos órgãos decisórios. A pesquisa concluiu que para uma eficaz governação participativa no Distrito de Ile, é essencial abordar estes desafios, reforçando a educação cívica, promovendo transparência, e melhorando a comunicação entre o governo e os cidadãos.

Palavras-chave: Governação, democracia, políticas, participação

Abstract

In the Ile District (2021-2022), participatory governance is seen as crucial for a healthy democracy and to legitimize local policies. Although there are formalized mechanisms to encourage citizen participation, the research identified a significant self-exclusion from the process, questioning the effectiveness and representativeness of these initiatives. Several obstacles, including the lack of valuing the citizen's voice, articulation difficulties, and the presence of socio-economic barriers, contribute to this phenomenon. The research, of a qualitative and applied nature, involved interviews with government members and the District Advisory Council, revealing concerns about representativeness in decision-making bodies. The research concluded that for effective participatory governance in the Ile District, it is essential to address these challenges, reinforcing civic education, promoting transparency, and improving communication between the government and citizens.

Keywords: Governance, democracy, policies, participation.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

A governação participativa emerge como uma pedra angular na consolidação da democracia, propondo-se como um meio pelo qual os cidadãos, em sua essência, desempenham um papel activo e significativo nas decisões políticas. Em um mundo ideal, essa abordagem garante que as políticas implementadas ressoem directamente com as necessidades e aspirações dos cidadãos. Contudo, uma observação mais atenta revela um paradoxo inquietante: muitos cidadãos, ao invés de exercerem seu direito à participação, optam pela autoexclusão, distanciando-se dos processos que os impactam diretamente. Tendo como pano de fundo essa dicotomia, esta dissertação visava entender o fenómeno da governação participativa no Distrito de Ile durante 2021-2022, um período repleto de desafios e novas iniciativas governamentais. O Distrito de Ile não foi escolhido ao acaso. As inquietudes acerca da participação dos cidadãos e da sua autoexclusão dos processos de tomada de decisão tornaram esta região um cenário emblemático para a pesquisa. Esta investigação adotava uma abordagem qualitativa. Com recurso a entrevistas e análise documental, pretendia-se alcançar a essência das experiências e percepções dos envolvidos, desde representantes governamentais a cidadãos comuns. O objetivo último é decifrar as razões subjacentes à autoexclusão e a eventuais falhas na promoção da governação participativa.

Para melhor compreensão e sistematização, a pesquisa foi dividida em capítulos distintos:

Capítulo I: Introdução – Contextualiza-se a temática abordada, delineando a problemática, os objetivos e a pertinência da pesquisa.

Capítulo II: Revisão de Literatura – Um aprofundamento teórico sobre o tema, estabelecendo um quadro referencial sólido para a pesquisa.

Capítulo III: Metodologias – Detalhamento das abordagens metodológicas, desde a concepção da pesquisa até as técnicas de coleta de dados e critérios éticos.

Capítulo IV: Apresentação, Análise e Discussão dos Dados – Apresentação dos resultados obtidos, acompanhados de análises criteriosas, visando decodificar os padrões emergentes.

Capítulo V: Conclusão e Sugestões – Síntese das descobertas e projeções para o futuro, bem como recomendações práticas.

1.2. Problematização

A governação participativa é um princípio essencial para garantir a legitimidade e eficácia das políticas locais, ao envolver os cidadãos no processo de tomada de decisões. No entanto, observa-se uma preocupante tendência de auto-exclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local. Essa problemática levanta questionamentos sobre o impacto da governação participativa na tomada de decisões de políticas locais e como abordar os obstáculos que levam à falta de participação dos cidadãos. No contexto específico do governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022, há a necessidade de compreender os factores que contribuem para a auto-exclusão dos cidadãos na governação local. A falta de participação pode resultar em políticas que não atendem às necessidades e aspirações da comunidade, além de agravar a desconfiança e o distanciamento entre governo e cidadãos.

É fundamental investigar quais são os obstáculos que levam à auto-exclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local no Distrito de Ile. Isso pode incluir factores como falta de conhecimento sobre os mecanismos de participação, barreiras de acesso à informação, desigualdades socioeconómicas e percepção de que as vozes dos cidadãos não são ouvidas ou valorizadas. Compreender esses obstáculos é essencial para identificar estratégias eficazes e soluções que promovam uma participação mais inclusiva e representativa dos cidadãos no processo de tomada de decisões. Compreender como a ausência da voz dos cidadãos afecta o processo de tomada de decisões é crucial para promover a governação participativa como um mecanismo efectivo de governança local.

Diante da tendência de auto-exclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local, surge o seguinte problema de pesquisa: ***Qual é o impacto da governação participativa na tomada de decisões de políticas locais no governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?***

1.2. Objectivos

1.3.1. Objectivo Geral

- Analisar o impacto da governação participativa na tomada de decisões de politicas locais no Governo do Distrito do Ile durante o período 2021 a 2022.

- **1.3.2. Objectivos Específicos**

1. Avaliar as iniciativas de governação participativa implementadas pelo governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022, identificando os mecanismos de participação cidadã adotados;
2. Verificar, os fatores que levam à autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local no Distrito de Ile;
3. Propor estratégias e recomendações para fortalecer a governação participativa no Distrito de Ile.

1.4.Justificativa

A governação participativa desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais democráticas e no fortalecimento da relação entre governo e cidadãos. No entanto, a tendência de autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local representa um desafio para alcançar uma participação efetiva e inclusiva. Diante desse contexto, a justificativa para este projeto de pesquisa baseia-se na importância de analisar o impacto da governação participativa na tomada de decisões de políticas locais, especificamente no governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022. A análise do governo do Distrito de Ile como estudo de caso oferece a oportunidade de compreender as iniciativas de governação participativa implementadas e seus resultados, proporcionando insights valiosos para outras regiões e contextos que enfrentam desafios semelhantes. A justificativa para este projeto de pesquisa também reside na necessidade de identificar os obstáculos que levam à autoexclusão dos cidadãos na governação local. Compreender esses obstáculos é fundamental para desenvolver estratégias e ações que promovam uma maior participação e engajamento dos cidadãos. Ao explorar os fatores que contribuem para a falta de participação, como a falta de informação e desigualdades socioeconómicas, espera-se fornecer recomendações práticas para superar esses desafios e promover uma participação mais inclusiva.

1.5.Relevância de Estudo

A relevância deste estudo do ponto de vista académico é significativa, uma vez que contribui para o avanço do conhecimento e entendimento sobre a governação participativa e seu impacto na tomada de decisões de políticas locais. Além disso, traz contribuições para a área de estudos políticos, administração pública, ciências sociais e áreas afins.

A relevância deste estudo ao nível institucional é alta, pois fornece informações e essenciais para as instituições governamentais e órgãos responsáveis pela tomada de decisões de políticas locais, também está na capacidade de fornecer informações e insights valiosos para as instituições governamentais. Esses insights auxiliarão no aprimoramento das práticas de governação participativa, no fortalecimento da legitimidade e confiança institucionais, na identificação de obstáculos e desafios institucionais e na melhoria da eficácia das políticas locais.

A relevância deste estudo na vertente social é significativa e está na promoção do empoderamento dos cidadãos, na inclusão e representatividade, na transparência e prestação de contas, na melhoria da qualidade das políticas locais e no fortalecimento da coesão social. Esses aspectos contribuem para uma sociedade mais participativa, justa e sustentável, onde os cidadãos têm a oportunidade de influenciar as decisões que afetam suas vidas e comunidades.

Relevância do ponto de vista pessoal como estudante de Administração Pública, realizar esta pesquisa sobre governação participativa e seu impacto nas decisões de políticas locais é uma oportunidade emocionante de aprofundar conhecimentos, contribuir para a academia, impactar a prática, desenvolver habilidades de pesquisa e contribuir para a comunidade local. Estou ansiosa para embarcar nessa jornada de descoberta e aprendizado.

1.6.Perguntas de Pesquisa

1. Quais foram as principais iniciativas de governação participativa implementadas pelo governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?
2. Quais os mecanismos de participação cidadã adoptados pelo governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?
3. Quais foram os fatores que levaram à autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local no Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?
4. Quais são as principais barreiras e obstáculos que levam à falta de participação dos cidadãos na governação participativa do Distrito de Ile?
5. Quais estratégias e recomendações podem ser propostas para fortalecer a governação participativa no Distrito de Ile, visando aumentar a participação dos cidadãos?
6. Como a governação participativa pode ser fortalecida para garantir uma maior inclusão e representatividade dos cidadãos no processo de tomada de decisões de políticas locais no Distrito de Ile?

1.7. Delimitação da Pesquisa

Delimitação Temática: Governação Participativa e seu Impacto na Tomada de Decisão de Politicas Locais: Uma Analise do Governo do Distrito do Ile (2021-2022).

Delimitação Espacial: A pesquisa foi realizada no Distrito do Ile, localizado na Província da Zambézia , em Moçambique, devido a observações previas que indicam a relevância do local para analise da governação participativa e seu impacto na tomada de decisões de politicas locais.

Delimitação Temporal: O estudo foi realizado ao longo de um período de dois anos compreendendo os anos 2021 a 2022, com o objctivo de avaliar o nível de participação dos cidadãos e suas respectivas implicações na tomada de decisões de politicas locais.

CAPITULO II: REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, conduziremos uma análise criteriosa do acervo bibliográfico que embasa as distintas perspectivas deste estudo. O escopo de nossa investigação literária se divide em três categorias fundamentais: a literatura teórica, a empírica e a focalizada. A combinação destas três vertentes nos permitiu alcançar uma compreensão holística e detalhada do tema proposto.

2.1. Conceptual Teórico

2.1.1. Governação Local

Conforme Ernesto (2003), "a governação local refere-se a uma instituição descentralizada, que adquire seus poderes devido à transferência de autoridade pelo governo central para uma determinada região geográfica"(p.15).

Segundo Alves e Cossa (1997), "as entidades coletivas públicas possuem seus próprios órgãos representativos, com o objetivo de atender aos interesses da sua população, considerando também os interesses nacionais e a intervenção estatal"(p.24).

Ambas as definições destacam a importância da governação local como uma forma de descentralização e empoderamento das áreas geográficas específicas. Entende-se que a governação local é uma instituição descentralizada com poderes gerais, resultado da devolução do poder pelo governo central. Ela consiste em pessoas coletivas e públicas com órgãos representativos próprios, que buscam atender aos interesses das populações locais sem prejudicar os interesses nacionais e a participação do Estado.

De acordo com o Decreto-lei 11/2005, que detalha a Lei 8/2003, é afirmado no nº 1 do Artigo 100 que os órgãos locais do Estado têm a responsabilidade de garantir a participação de cidadãos, comunidades locais, associações e outras formas de organização com foco na defesa de seus interesses nas decisões pertinentes a eles (Decreto-lei 11/2005).

A LOLE destaca a importância de institucionalizar a consulta e participação das comunidades locais no planeamento local, utilizando os conselhos consultivos em vários níveis, incluindo distritos e postos administrativos, com o objetivo principal de aproximar os serviços aos cidadãos. Esse movimento em direção à criação dos Conselhos Consultivos locais visa, sobretudo, estabelecer condições legais para que a população participe ativamente nas decisões relativas a projetos de desenvolvimento.

Segundo o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a eficácia da participação na governação é discutível. Esta perspectiva atribui tal situação à emergente construção e organização da sociedade civil, alegando

que essa condição inicial pode ser a causa da insuficiente qualidade técnica de intervenção por parte deste segmento da sociedade (Moçambique, 2008).

Em adição, uma sociedade que ainda não atingiu um estado organizado e coeso pode não apenas apresentar desafios na comunicação com autoridades, mas também ser um obstáculo para a trajectória de desenvolvimento. Esta perspectiva sobre a Governação Local sugere que, enquanto ela adopta uma estrutura formal, tenta estabelecer um equilíbrio por meio de práticas e técnicas participativas. A ênfase dessas técnicas é direcionada para a ideia de que a sociedade civil ainda tem espaço para fortalecer sua participação na governação local. Assim, há uma crescente necessidade de desenvolver estratégias que encorajem a auto-organização e promovam uma comunicação constante entre a sociedade e seus representantes eleitos.

Forquilha (2007) argumenta que a governação local é vista como um ambiente político onde diferentes participantes, utilizando variados meios, interagem e moldam suas identidades e representações. Este ambiente proporciona uma plataforma onde interações tanto formais quanto informais podem ocorrer.

2.1.2. Participação

A definição e compreensão de "participação" nas ciências sociais tem sido motivo de contínuo debate, com várias perspectivas destacando sua natureza prática e envolvente, particularmente em contextos locais (Chichava, 1998).

Com suas origens nos anos 50, quando especialistas em desenvolvimento observaram a necessidade de envolvimento da comunidade para o sucesso dos projectos, a participação começou a ser vista como essencial para o alcance de objetivos (Shepherd, 1998). Shepherd ainda sugere que muitas discussões sobre participação podem não se traduzir em prática efectiva, destacando a importância de atitudes positivas, compreensão, humildade e paciência para a realização da participação genuína.

A Carta Africana, assinada em Arusha, Tanzânia, em 1990, enfatiza a participação como um envolvimento activo das populações no planeamento, implementação e avaliação de acções. Este documento posiciona a governação participativa como essencial para a participação local (Carta Africana, 1990).

De acordo com Pretty (1995) "argumenta que a participação não deve ser vista meramente como uma técnica, mas como um diálogo e troca contínuos"(p.56).

Edgerton (2000) ecoa esse sentimento, enfatizando que a participação não é uniforme, mas um processo colaborativo.

Mammo (1999), por sua vez, classifica a participação em duas categorias: formal e informal, ressaltando que cada forma tem suas próprias características e contextos de aplicação.

Em consonância com essa perspectiva, Chichava (1999) enfatiza a capacitação das comunidades como o elemento central no conceito de participação. Segundo o autor, quando as pessoas adquirem habilidades, conhecimento e experiência, elas se tornam mais responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento, resultando em iniciativas aprimoradas e um maior envolvimento direto de suas comunidades (p.30).

A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza a importância da participação como uma forma de promover a democracia e fortalecer o estado de direito. Quer isto dizer que os individuos, ao trabalharem de uma forma coletiva, podem obter resultados bastante positivos através da participação, cujas vantagens são indiscutíveis.

De acordo com Petts (2000), com a "Participação Pública existe um maior acesso à informação, aumentando o número de questões levantadas por parte dos cidadãos. No entanto, quando não existe informação acessível, a que se encontra disponível pelas instâncias competentes acaba por ser muito formatada" (p.8).

Maria Gonçalves (2000) afirma que os indivíduos têm uma melhor capacidade de análise e tomada de decisão quando são expostos a diferentes fontes de informação que não se limitam apenas às fontes científicas ou técnicas. A utilização de fontes adaptadas às características da população permite que eles façam juízos de valor mais adequados, resultando em soluções aperfeiçoadas.

Segundo Sónia Alves (2001), "a participação garante, quer a curto quer a longo prazo, resultados positivos quando satisfazem e estão interligados com os cidadãos" (p.8).

Ao longo das décadas, a noção de "participação" tem sido amplamente discutida e analisada nas ciências sociais, revelando uma riqueza de perspectivas e interpretações. Desde as observações iniciais nos anos 50, destacadas por Shepherd (1998), onde a participação comunitária emergiu como um elemento chave para o sucesso dos projetos de desenvolvimento, até os insights modernos que veem a participação como mais do que uma técnica, mas um contínuo diálogo e troca, conforme mencionado por Pretty (1995).

Os documentos e autores citados convergem para a ideia de que a participação é um processo multifacetado, que pode variar de práticas formais a informais, e que seu verdadeiro valor está no empoderamento e engajamento genuíno da comunidade. A Carta Africana (1990) e os pensamentos de Edgerton (2000) e Mammo (1999) enfatizam a importância da participação ativa e colaborativa nas decisões e planejamentos.

Autores como Brett (2001), Souza (2001) e Chichava (1999) ampliam ainda mais essa visão, argumentando que a participação não só envolve a inclusão de vozes diversas, mas também capacitação e empoderamento, permitindo que comunidades marginalizadas desafiem e transformem o status quo. A ONU, em sua abordagem, salienta a participação como um meio de consolidar a democracia e o estado de direito, ressaltando a potencialidade coletiva que emerge quando os indivíduos participam ativamente.

Por fim, o acesso e a diversidade de informações, conforme discutido por Petts (2000) e Maria Gonçalves (2000), e a interligação satisfatória entre os cidadãos e a participação, como proposto por Sónia Alves (2001), ressaltam a importância da participação como uma ferramenta transformadora. Em suma, a participação, quando compreendida e aplicada de forma ampla e inclusiva, promete não apenas um desenvolvimento comunitário mais sustentável, mas também uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

2.1.3. Governação Participativa

A Governança Participativa, um conceito que surgiu no cenário das organizações internacionais na década de 90, é definida como o exercício do poder político para gerir os interesses nacionais de forma inclusiva e democrática, indo além da gestão pública eficaz e englobando estruturas judiciais independentes, respeito aos direitos humanos e mecanismos plurais de audição e transparência (Ribeiro, 2022).

Com o passar do tempo, o termo evoluiu para englobar diferentes significados nas Ciências Sociais, refletindo uma forma de governação que reconhece a participação de múltiplos atores na tomada e implementação de políticas públicas, expandindo-se para além do papel tradicional do Estado. Por exemplo, as reformas administrativas promoveram a transição de uma gestão hierarquicamente burocrática para uma gestão mais integrada e colaborativa (Ribeiro, 2022).

A Governança Participativa é um conceito multifacetado, que engloba aspectos como a Nova Gestão Pública, com ênfase na gestão orientada para resultados, e a Boa Governança, que valoriza a eficiência e a transparência na utilização dos recursos públicos. Em termos práticos, seu objectivo é fomentar políticas públicas mais inclusivas, nas quais diversos atores participam ativamente nas decisões (Ribeiro, 2022).

Hoje em dia, a tendência é que os serviços públicos sejam fornecidos por meio de parcerias que envolvem organizações privadas e o terceiro sector. Essa abordagem integrada e participativa visa

aprimorar a qualidade e eficiência das políticas e serviços, ao mesmo tempo que fortalece a legitimidade das decisões tomadas.

A avaliação da Boa Governança Participativa não se limita a uma única métrica, mas pode ser realizada considerando a conformidade, a adequação, o alinhamento de processos e produtos, bem como o nível de comprometimento dos cidadãos. Instituições como o Banco Mundial destacam indicadores como voz e accountability, qualidade da regulação e controle da corrupção como essenciais para medir a eficácia da Governança Participativa (Ribeiro, 2022).

A Governança Participativa é um paradigma emergente que destaca a participação dos cidadãos na tomada de decisões governamentais. Envolve cidadãos, organizações da sociedade civil e outros atores não-governamentais na gestão dos assuntos públicos (Bovaird & Loeffler, 2019).

Teoricamente, a Governança Participativa é vista como uma ferramenta para democratizar o processo de tomada de decisão, tornando-o mais transparente e responsável. A ideia é que, ao envolver as pessoas afetadas pelas decisões do governo, possa-se produzir políticas mais eficazes e justas, ao mesmo tempo que se aumenta a confiança dos cidadãos no governo (Sintomer, Herzberg & Rocke, 2018).

A prática da Governança Participativa pode se manifestar de várias formas, como orçamentos participativos, onde os cidadãos têm voz na alocação de recursos do governo, conselhos consultivos que incorporam a perspectiva dos cidadãos nas decisões políticas e processos de deliberação que envolvem os cidadãos na discussão e negociação de questões políticas (Lukensmeyer & Brigham, 2020).

Apesar de suas promessas, a Governança Participativa enfrenta desafios, incluindo a possibilidade de captura de elite, em que os processos participativos são dominados por uma pequena elite em detrimento da população mais ampla. Além disso, existe o risco de que a participação dos cidadãos seja superficial ou meramente simbólica, em vez de ter um impacto real na tomada de decisões (Papadopoulos & Warin, 2018).

A Governacao Participativa ee definida de acordo com Sperr (2012) como sendo:

> Um conjunto de arranjos institucionais que tem por objectivo facilitar a participação de decisões comuns no processo das políticas públicas. Eles envolvem os cidadãos, por exemplo, na tomada de decisões sobre a distribuição dos fundos entre as comunidades e o desenho de politicas publicas, bem como a avaliação e monitoramento dos gastos do governo (p.23).

A governação participativa é uma abordagem moderna de gestão pública, que busca envolver o cidadão diretamente nas decisões e ações do governo. O objetivo é criar uma sociedade mais democrática e atender de forma mais eficaz às necessidades da população. Esse modelo permite que as pessoas tenham uma voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e comunidades (Smith, 2009).

De acordo com Arraes (2007), a "Governação Participativa representa uma abordagem inovadora de administração, envolvendo ativamente a sociedade civil. Esse método busca alinhar diferentes partes interessadas e grupos na tomada de decisões coletivas, especialmente em cenários diversificados, promovendo assim a estabilidade societal" (p.2).

De acordo com os conceitos apresentados percebe-se que a Governação Participativa é um modelo de gestão que busca envolver a sociedade civil no processo de tomada de decisões e na definição de políticas públicas. Isso ocorre por meio da coordenação entre diversos actores e grupos sociais, resultando em resultados discutidos coletivamente. A participação ativa dos cidadãos é vista como essencial para fortalecer a estabilidade e a legitimidade das políticas governamentais.

A Governança Participativa é um conceito que se originou nas organizações internacionais na década de 90 e se expandiu ao longo do tempo, reconhecendo a importância da participação activa de diversos actores na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas. Essa abordagem vai além da simples gestão pública eficaz, enfatizando a inclusão, a democracia e a transparência na governança. É um conceito multifacetado que engloba a Nova Gestão Pública e a Boa Governança, visando políticas públicas mais inclusivas e eficientes. A Governança Participativa busca fortalecer a legitimidade das decisões governamentais, muitas vezes através de parcerias com o sector privado e organizações do terceiro sector. A avaliação da eficácia da Governança Participativa envolve indicadores que consideram a conformidade, a adequação, o alinhamento de processos e produtos, bem como o envolvimento dos cidadãos. Em última análise, a Governança Participativa é uma abordagem moderna de gestão pública que busca promover uma sociedade mais democrática, justa e eficaz, envolvendo activamente a sociedade civil e diversos grupos na tomada de decisões colectivas. Embora enfrente desafios, como a possível captura de elite e a superficialidade da participação cidadã, continua sendo uma abordagem influente na gestão pública, promovendo a estabilidade societal e o aprimoramento das políticas públicas.

2.1.3.1. Representação Social

O conceito de "Representação Social" tem sido analisado e desenvolvido ao longo dos anos por diferentes estudiosos.

Durkheim (1970) examinou este conceito através da lente da coletividade, propondo que as representações coletivas abrangiam elementos como religião, ciência e mitos. Em contraste, perspectivas contemporâneas dos psicólogos veem representações como fenômenos com dimensões tanto individuais quanto coletivas.

Complementando essa visão, Froy (2010) vê a representação social como uma maneira de moldar mentalmente a realidade, o que, por sua vez, influencia o comportamento e a compreensão do mundo. Da mesma forma, Moscovici (1978) acredita que essas representações se preparam para a ação e podem guiar e modificar comportamentos dentro de certos ambientes.

Para Goffman (1983), as representações sociais são fluidas e adaptáveis. Neste estudo, consideraremos representações sociais como molduras através das quais a realidade social é construída, focando em categorias identitárias e valores socioculturais relevantes em diferentes contextos. O objetivo é entender os mecanismos subjacentes e a organização dessas representações, principalmente como elas são manifestadas empiricamente. Isso inclui uma avaliação de como as comunidades locais participam fora das estruturas institucionais formalizadas, adaptando-se e respondendo aos desafios cotidianos.

A evolução do conceito de "Representação Social" demonstra a profundidade e complexidade das perspectivas humanas ao longo do tempo. Desde a abordagem coletiva de Durkheim (1970), que via as representações como um reflexo da religião, ciência e mitos, até as visões mais contemporâneas que consideram a individualidade e coletividade simultaneamente, evidencia-se a adaptabilidade e o dinamismo desse conceito. Froy (2010) e Moscovici (1978) salientam o poder das representações sociais na modelagem de nossas percepções e comportamentos, o que sugere que são essenciais para a maneira como interagimos e compreendemos o mundo ao nosso redor. Além disso, Goffman (1983) nos lembra da natureza mutável das representações sociais, que são influenciadas e transformadas pelo contexto sociocultural. Em última análise, as representações sociais são muito mais do que simples construções mentais; elas são ferramentas dinâmicas que moldam e são moldadas pela realidade social, desempenhando um papel crucial na forma como as comunidades respondem e se adaptam em um mundo em constante mudança.

A evolução do conceito de "Representações Sociais" demonstra a complexidade e profundidade das perspectivas humanas ao longo do tempo. Desde a visão coletiva de Durkheim até as perspectivas mais contemporâneas, destaca-se a adaptabilidade e o dinamismo desse conceito. Froy e Moscovici sublinham o poder das representações sociais na formação de nossas percepções e comportamentos, indicando sua importância na interação e compreensão do mundo. Além disso, Goffman nos recorda que essas representações são mutáveis e influenciadas pelo contexto sociocultural. Em última análise, as representações sociais são mais do que construções mentais; são ferramentas dinâmicas que moldam e são moldadas pela realidade social, desempenhando um papel crucial na forma como as comunidades respondem e se adaptam em um mundo em constante mudança.

2.1.3.1. Impacto da Governação Participativa

A importância da participação comunitária nas decisões é evidente por seus impactos consideráveis.

A participação comunitária tem sido associada a impactos significativos no processo de tomada de decisão. De acordo com Gaventa e Barrett (2017), a participação ativa da comunidade pode conduzir a resultados políticos aprimorados, pois os membros da comunidade possuem um conhecimento íntimo e experiência prática de suas circunstâncias locais, capacitando-os a desenvolver soluções inovadoras e eficazes.

Adicionalmente, a participação comunitária pode desempenhar um papel crucial na promoção da inclusão social e equidade. Conforme demonstrado no estudo de Morgan e Zakhour (2020), o envolvimento da comunidade na tomada de decisões resultou na implementação de políticas que abordaram as necessidades de grupos marginalizados, resultando em melhorias nos resultados socioeconómicos dessas populações. Isso enfatiza o potencial da participação comunitária como uma ferramenta eficaz para garantir que as vozes de todas as partes da comunidade sejam consideradas.

A participação comunitária também pode contribuir para a sustentabilidade a longo prazo de projectos de desenvolvimento. Conforme apontado por Sharma (2021), quando a comunidade participa ativamente desde as fases iniciais de planeamento e implementação de projetos, ela tende a desenvolver um sentimento de propriedade, o que pode aumentar a probabilidade de continuidade e sucesso a longo prazo desses projetos.

No entanto, é importante destacar que o impacto da participação comunitária no desenvolvimento socioeconômico não é automático. Conforme salientado por Gaventa e Barrett (2017), a eficácia da participação comunitária depende de vários fatores, incluindo o nível de inclusão, a qualidade

do envolvimento e o contexto político mais amplo. Além disso, Morgan e Zakhour (2020) destacam a necessidade de um compromisso genuíno por parte do governo e outras partes interessadas em ouvir e agir com base nas contribuições da comunidade. Sem esse compromisso, a participação comunitária pode se tornar uma mera fachada de relações públicas, sem um impacto real no desenvolvimento socioeconómico.

Gaventa e Barrett (2017) argumentam que, devido ao profundo conhecimento e experiência prática das comunidades em suas circunstâncias locais, a participação ativa pode conduzir a resultados políticos mais favoráveis. Essa participação pode ainda potenciar a inclusão social e a equidade.

Como ilustrado por Morgan e Zakhour (2020), a integração da perspectiva comunitária nas decisões pode resultar em políticas que atendem melhor às necessidades dos grupos marginalizados, melhorando, assim, seus resultados socioeconômicos. A sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento também se beneficia com a participação comunitária.

Sharma (2021) observa que um envolvimento comunitário desde o início dos projectos pode reforçar o sentimento de propriedade e, consequentemente, a longevidade e sucesso dos projetos. No entanto, como salientado por Gaventa e Barrett (2017), a efetividade deste envolvimento depende de vários fatores, como o grau de inclusão e o contexto político geral.

Em suma, a participação comunitária tem o potencial de exercer um impacto positivo no desenvolvimento socioeconómico, promovendo melhores resultados políticos, inclusão social e sustentabilidade dos projectos. No entanto, esse impacto depende de uma série de factores, incluindo a qualidade do envolvimento e o compromisso genuíno das partes interessadas em considerar as contribuições da comunidade (Sharma, 2021).

2.1.4. Tomada de decisões de políticas locais e seus impactos

O processo de tomada de decisão pode ser definido como "o conjunto de ações e fatores dinâmicos que têm início com a identificação de um problema desencadeador de uma ação e termina com a escolha específica de uma determinada ação" (Mintzberg, 1976).

Na sociedade moderna, as decisões políticas são tomadas de acordo com critérios de legitimação, como validade científica e participação, os quais avaliam a racionalidade de uma decisão. Conforme Burns e Flam (2006), uma decisão pode ser justificada com base em sua contribuição para alcançar objetivos legítimos, seu embasamento em conhecimento e eficácia provável, e sua conformidade com a lei ou procedimentos administrativos.

A participação da sociedade nas decisões governamentais é fator importante para a governança pública, para qualificar o planeamento e fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando mais transparência e accountability. Quando a sociedade acompanha a gestão da cidade, ela pode exercer de forma efetiva o acompanhamento da administração pública, propondo melhorias e cobrando dos seus governantes os resultados esperados (UN, 2018, p.20).

"A ONU defende que quando a participação envolve diferentes segmentos da sociedade, os gestores públicos têm a chance de compreender melhor os problemas e de identificar as possíveis soluções com possibilidade de equilibrar interesses. Dessa forma, a tomada de decisão é mais eficiente e sustentável, mais transparente, responsável e legítima" (UN, 2018, p.25).

"A ideia de incluir a população nas discussões dos assuntos públicos vem da premissa que com a democratização dos espaços de poder ocorre a melhoria decisória, já que o conhecimento da realidade local viabiliza incorporar ao processo político suas demandas e conflitos" (Pinto et al., 2018, p.30).

De acordo com Marques (2010), pode haver ainda outro modelo, mais recente, o Deliberacionismo, "que enfatiza a indispensabilidade de discussão e de debate sobre questões de interesse público'. Assim, pode-se considerar que há diferentes concepções, com seus respectivos ideais e valores, que contribuem para uma ideia de democracia mais ampla, que considere diferentes valores"(p.141).

Segundo Brugué e Vallès (2005), a Teoria Deliberativa considera que:

> todo processo deliberativo deve satisfazer quatro características principais, quais sejam: 1ª) O processo deliberativo deve garantir que todas as vozes presentes sejam ouvidas, ou seja, ele deve ser inclusivo;
>
> 2ª) O processo deliberativo tem de ser aberto a todos e ser compreensível e acessível, e para isso o público deve possuir todas as informações necessárias para a deliberação;
>
> 3ª) A deliberação não é um bate-papo informal, logo, as decisões derivadas de um processo deliberativo participativo devem ser eficazes e culminar em decisões concretas;
>
> 4ª) O processo deliberativo deve gerar economia moral de desacordo. De acordo com este princípio, devemos maximizar o respeito mútuo e minimizar as diferença (p.40).

Ao participar, os cidadãos podem contribuir para a resolução de problemas, uma vez que as instâncias de participação "fazem parte de processos de produção de políticas públicas de caráter incremental" (Wampler, 2011, p.152).

Os resultados e impactos desses processos podem ser observados de forma gradual, ao longo do tempo. Apesar dos objetivos diversos e muitas vezes divergentes, a participação cidadã pode

melhorar as relações entre a sociedade e o poder público, gerando algum nível de comprometimento com as decisões. Além disso, a participação pode fortalecer o cidadão, tornando-o cada vez mais apto a participar (Barddal et al., 2019).

Em suma podemos perceber com os conceitos acima de que a participação da sociedade nas decisões governamentais, com base em teorias deliberativas, inclusivas e incrementais, é fundamental para promover uma governança pública mais transparente, responsável e sustentável. Essa participação fortalece a democracia, possibilitando o envolvimento ativo dos cidadãos na construção de políticas locais que atendam às necessidades e expectativas da comunidade.

2.1.5. Factores da autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação

A Sociedade Civil tem contribuído cada vez mais para a Boa Governação, embora essa cont Ngoenha (2015) chama a atenção para a ausência de monitoramento e debate acerca das políticas e da gestão dos recursos públicos. O autor evidencia que:

> a ausência de monitoramento e debate sobre políticas e a aplicação de recursos públicos. O autor observa que, dentro do atual sistema, a população carece de influência sobre as decisões políticas e sobre como os recursos públicos são utilizados. Destaca-se uma sensação de impotência frente às ações do Estado, uma falta de clareza sobre como o dinheiro público é gasto. Para o autor, essa situação aponta para a necessidade de fortalecer o papel da cidadania, que deve ser vista não como mera submissão ao Estado, mas como uma parceria. Essa transformação de uma postura de subordinação para uma de cidadania ativa é, segundo ele, onde reside o verdadeiro significado da democracia (p.164).

Com base no pensamento expresso por Ngoenha (2015), sobre a falta de controle e discussão na governança pública, surge a compreensão de que os cidadãos estão sendo excluídos da participação ativa no processo decisório. A falta de transparência e o desconhecimento sobre as políticas e o uso dos recursos públicos fazem com que os cidadãos se sintam impotentes e alheios à vida do Estado.

Essa falta de participação resulta em uma relação de submissão dos cidadãos em relação ao governo, em vez de uma união e colaboração efetiva. Nesse contexto, a cidadania, que deveria exercer seu papel de coordenadora de deveres e direitos, acaba sendo privada de seus princípios de verificação e controle.

Diante disso, a compreensão é de que a autoexclusão dos cidadãos na governança participativa é prejudicial para a democracia. A participação ativa e informada dos cidadãos é fundamental para garantir a prestação de contas, a transparência e a efetividade das políticas governamentais. A democracia encontra seu verdadeiro sentido quando os cidadãos são capacitados e engajados, passando de meros subordinados a participantes ativos e conscientes da vida política e governamental.

Na medida em que segmentos crescentes da população percebem um bloqueio às suas expectativas de melhoria das suas condições de vida e identificam uma tendência para a exclusão social, ao mesmo tempo que não visualizam interesse ou capacidade de uma actuação do Estado no sentido da reversão desta tendência, a alternativa de auto-exclusão política coloca-se como uma alternativa provável (Silva, 2001).

Com a afirmação de Silva, podemos perceber que a compreensão dos fatores que levam à autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação revela um desafio significativo para a democracia e a governança participativa. Quando os segmentos da população percebem um bloqueio em suas expectativas de melhoria das condições de vida e identificam uma tendência de exclusão social, surge a possibilidade de optarem pela autoexclusão política como uma alternativa provável.

Essa autoexclusão política reflete a falta de confiança dos cidadãos na capacidade e vontade do Estado de atuar em seu benefício. Quando os cidadãos não veem o interesse ou a capacidade do governo em reverter a tendência de exclusão social, sentem-se desencorajados e desiludidos com a participação activa na governação.

Em suma entende-se que enfrentar os fatores da autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação requer esforços para fortalecer a confiança, promover a participação activa e oferecer oportunidades significativas de envolvimento. Somente assim será possível construir sociedades mais justas, inclusivas e democráticas, onde os cidadãos tenham voz e influência na tomada de decisões que impactam suas vidas e o futuro coletivo.

2.1.6. Desafios e Estratégias para fortalecimento da governação participativa

De acordo com Machado Carrion e de Almeida Costa (2010), a governação com a inclusão comunitária enfrenta diversos obstáculos universais. Uma das principais barreiras é a insuficiência de formação e entendimento adequado entre os integrantes da comunidade, o que frequentemente impede uma participação eficaz nos processos decisórios, resultando em decisões que talvez não atendam adequadamente aos interesses da comunidade.

Conforme Machado Carrion e De Almeida Costa (2010), a desigualdade social e a pobreza podem representar significativos impedimentos para a inclusão comunitária. A pobreza, que vai além de simplesmente uma deficiência de renda, pode moldar a subjetividade das pessoas de uma forma que as estigmatiza e "desqualifica", um conceito similar ao que Goffman (1982) descreve como uma identidade desvalorizada. Tal situação pode culminar em um déficit de autoestima e confiança, desmotivando a participação activa nos processos de governação.

Segundo Machado Carrion e De Almeida Costa (2010), a governação muitas vezes se depara com o desafio da falta de transparência e responsabilidade em seus processos decisórios. Esta ausência de transparência pode resultar em uma carência de informação adequada para os membros da comunidade, gerando desconfiança e descontentamento, factores que podem desincentivar a participação comunitária. Adicionalmente, aspectos culturais e sociais também podem se tornar barreiras para a inclusão comunitária. Certas práticas e normas culturais, em diversas comunidades, podem limitar a participação de grupos específicos, como mulheres e minorias étnicas, conduzindo a uma representação desigual e tomadas de decisão que não contemplam plenamente os interesses da coletividade.

Vários autores defendem a descentralização como uma estratégia fundamental para fortalecer a governança participativa a descentralização consiste:

> na redistribuição de recursos, espaços de decisões, competências e responsabilidades, por meio da difusão de poderes em diferentes centros, cuja autoridade é estabelecida por meio do sufrágio universal. Essa redistribuição pode ocorrer entre instâncias governamentais, entre poderes estatais e entre o Estado e a sociedade. A descentralização, ao empoderar actores locais e permitir a participação da população, cria condições para um maior envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios e contribui para uma governação mais efetiva e legítima.

Segundo Affonso (2000), a descentralização envolve:

> a reorganização e distribuição de recursos, poder decisório, habilidades e responsabilidades. Esse processo pode ser realizado independentemente de diretrizes estabelecidas pela federação e assenta-se na ideia de dispersar autoridade em diversos núcleos, os quais são legitimados pelo voto popular. Tal reestruturação pode se manifestar entre diferentes níveis de governo, entre os poderes instituídos e também na relação entre o Estado e a sociedade civil (p.130).

De acordo com Joanna Speer (2012), conceitua a participação cidadã:

> é apontada como um mecanismo essencial para uma boa governança. Essa participação ocorre nos processos de planeamento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Esses mecanismos são definidos como arranjos institucionais que facilitam a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

Os trabalhos de Speer sobre a efetiva execução da governança participativa sublinham a importância de uma elevada capacidade e motivação, particularmente entre os servidores públicos e a população. Sob essa perspectiva, a governança participativa está ligada à excelência na administração, traduzindo-se em vantagens para as políticas públicas, tais como aumento da responsabilidade, maior agilidade governamental e aprimoramento dos serviços prestados ao público.

Wampler, (2011)"As IP são instituições que enlaçam uma ampla gama de atores envolvidos na formulação de políticas, mediando os seus respectivos interesses"(p.153).

Com estas interpretações pode-se entender que as com o processo de participação governativa as autoridades governamentais têm a possibilidade de conhecer as demandas da sociedade e podem se valer dessas informações para elaborar planos e projetos alinhados com as expectativas da população.

2.2. Literatura Empírica

Ribeiro (2022) conduziu uma pesquisa acerca da Governança Participativa e Democrática, centrando-se na participação dos jovens no Orçamento Participativo de Cascais. O estudo buscou entender os motivos que influenciam os jovens a se envolverem ou não nessa iniciativa. Uma das principais descobertas foi que o interesse em determinados projetos é um fator crucial para a participação. Os envolvidos expressaram o desejo de ter um papel ativo nas decisões públicas e de abordar os desafios de suas comunidades. A investigação também trouxe à tona reflexões sobre como as comunidades podem fiscalizar as ações governamentais se não estiverem engajadas ativamente nas decisões. Esse ponto destaca a necessidade de discussões contínuas sobre a cidadania ativa e sua interação com a governança participativa.

Vicente (2013) conduziu um estudo sobre a governança em Moçambique, buscando entender as abordagens mais adequadas para a governança local no cenário africano. Ao revisar diversas literaturas, a autora determinou que a questão principal vai além da mera descentralização de autoridade para as esferas locais e da instituição de autarquias. É fundamental assegurar que essas entidades operem eficientemente e incentivem a participação ativa da sociedade e dos cidadãos na formação e crescimento de suas comunidades. Tal participação envolve, consequentemente, garantir que as autarquias tenham independência financeira em relação ao governo central, algo que ainda não foi observado

Ambos os estudos destacaram a importância da participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões de políticas locais. Ribeiro enfatizou a motivação dos jovens e a necessidade de sua contribuição para as escolhas públicas, enquanto Vicente ressaltou a importância da autonomia

financeira das autarquias e a participação da sociedade civil na construção e desenvolvimento das comunidades. Essas percepções contribuem para a compreensão da governança participativa e fornecem entendimentos valiosos nesse campo.

2.3. Literatura Focalizada

Na pesquisa de Albino (2020) sobre as iniciativas da gestão participativa em Moçambique, o autor buscou analisar criticamente as práticas de envolvimento do público na formação e implementação de políticas locais nos municípios. O estudo foi conduzido no Distrito de Magude e enfocou a análise das experiências dos Conselhos Locais. O autor identificou que os Conselhos Locais participam da planificação distrital, especialmente na elaboração do Plano Estratégico do Distrito (PES), e são mecanismos de prestação de contas do governo distrital. No entanto, é necessário aprimorar o processo de prestação de contas dos membros dos conselhos com as suas comunidades, bem como melhor integrá-los na execução e fiscalização dos projetos do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) e do Plano Económico e Social do Distrito (PESOD). O estudo também apontou deficiências nas variáveis de organização social, capital social e capital humano, que afetam a participação popular na governação local em Magude. Essas deficiências estão relacionadas à falta de organizações comunitárias sólidas e pró-ativas, baixo uso do capital social de ponte e de conexão, e desigualdades na distribuição dos serviços de saúde e educação.

No estudo de Malipa (2014) sobre a participação e representações sociais no processo de governação local em Maputo, o autor concluiu que a participação comunitária é uma prática social moldada por ideias, valores e comportamentos individuais e coletivos que se constroem no dia-a-dia das interações entre os atores sociais. Além disso, o processo de representação não é exclusivamente autossuficiente dos atores envolvidos, pois está inserido em requisitos socialmente consideráveis, incluindo especializações, posições funcionalmente diferenciadas e conhecimento codificado.

Com base nas percepções dos dois autores, a participação popular na governação local enfrenta desafios relacionados à falta de organizações comunitárias sólidas, baixo uso do capital social e desigualdades na distribuição de serviços. Essas questões afetam a participação ativa dos cidadãos e requerem aprimoramentos na prestação de contas, integração dos conselhos locais e promoção de uma representação inclusiva e deliberativa. Essas compreensões são importantes para entender as dificuldades e as possíveis estratégias de fortalecimento da participação dos cidadãos na governação local no Distrito de Ile.

CAPITULO III: METODOLOGIA

Neste capítulo, elucidamos as técnicas e métodos adoptados na colecta e interpretação dos dados, os quais foram fundamentais para abordar as interrogações deste estudo relativas à Governação Participativa e seu impacto nas decisões políticas no âmbito do Governo do Distrito de Ile. A clareza e a precisão neste segmento foram essenciais, não apenas para reforçar a solidez e a validade das descobertas, mas também para oferecer uma compreensão detalhada das práticas metodológicas empregadas.

3.1. Tipo de Pesquisa

3.1.1. Quanto ao enfoque

Para analisar a Governança Participativa e sua repercussão nas decisões de políticas locais no Governo do Distrito de Ile, adoptou-se um método qualitativo. Esse enfoque possibilitou a colecta directa de informações e a decodificação dos eventos, conferindo-lhes sentido. O método qualitativo é essencial para desvendar as dimensões mais intricadas e multifacetadas do tópico em questão, propiciando uma avaliação detalhada e contextual das vivências, interpretações e condutas dos participantes. Com essa estratégia, almejamos alcançar um entendimento mais profundo sobre os mecanismos de governança participativa e seu papel nas decisões, mergulhando nas particularidades, ambientes e interacções locais que estabelecem esta relação entre governantes e população.

A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados desempenham um papel fundamental no processo de pesquisa qualitativa, permitindo uma análise mais abrangente e reflexiva das questões em estudo.

Sampieri, Collado e Lucio (2013) definem a abordagem qualitativa como aquela em que os dados são coletados sem a utilização de medição numérica, com o objetivo de descobrir e aprimorar perguntas de pesquisa durante o processo de interpretação dos dados.

A escolha da abordagem qualitativa nesta pesquisa foi pela capacidade da abordagem qualitativa em fornecer uma compreensão aprofundada e contextualizada dos fenómenos estudados, permitindo uma exploração detalhada e rica dos significados e experiências dos participantes.

3.1.2. Quanto a Natureza

Gil (1999) define a pesquisa aplicada como aquela que gera conhecimentos direcionados para a solução de problemas específicos e com aplicação prática.

A escolha de uma pesquisa de natureza aplicada é fundamentada no objetivo de contribuir de forma direta para a resolução de questões concretas. Essa abordagem está intrinsecamente ligada

aos interesses locais, buscando gerar conhecimentos que possam ser aplicados de maneira prática e efectiva. Ao focar na resolução de problemas específicos, a pesquisa aplicada tem como objetivo promover impacto e melhorias no contexto em que está inserida, proporcionando resultados tangíveis e relevantes para a comunidade envolvida.

3.1.3. Quanto Procedimentos Técnicos

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa foi conduzida como um estudo de caso, utilizando entrevistas e observação como principais métodos de coleta de dados. Hartley, J. (2004). "O estudo de caso objectiva fornecer uma análise do contexto e processos que iluminam as questões teóricas que estão sendo estudadas."(p.320-326).

O estudo de caso, por sua vez investiga um fenómeno considerando seu contexto, ou seja, realiza uma análise sob a conjuntura real (Yin, 2015).

A escolha do estudo de caso como procedimento de pesquisa se deve à sua adequação para investigações que visam aprofundar um tópico específico e expressivamente relevante, como é o caso da participação governativa. O estudo de caso permite uma análise aprofundada e detalhada de um fenómeno em seu contexto real, fornecendo percepções valiosos sobre as práticas, as experiências dos participantes envolvidos nesse processo. Além disso, o estudo de caso permite uma compreensão mais abrangente dos aspectos contextuais, das interações e das dinâmicas envolvidas na participação governativa, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado e embasado na realidade.

3.1.4. Quanto aos Objectivos

A pesquisa foi conduzida de forma descritiva e bibliográfica, com o objetivo de explorar e analisar as fontes existentes sobre o tema em estudo. A abordagem descritiva permitiu descrever e interpretar as informações e os conceitos presentes na literatura, oferecendo uma visão abrangente e detalhada do tema. Por meio da pesquisa bibliográfica, foram consultadas e analisadas diversas fontes, como livros, artigos científicos, relatórios e outras publicações relevantes, a fim de embasar teoricamente a pesquisa e fornecer uma fundamentação sólida para as análises e discussões realizadas. Dessa forma, a pesquisa descritiva e bibliográfica buscava ampliar o conhecimento existente sobre o tema e contribuir para a compreensão aprofundada da área de estudo.

De acordo com Nascimento (2016), "as pesquisas descritivas têm como objetivo descrever características de populações ou fenómenos, além de estabelecer correlações entre variáveis. Essa

abordagem é especialmente adequada para levantar informações sobre opiniões, atitudes, valores e crenças "(p.4).

3.2. Participantes da Pesquisa

Para a realização de uma pesquisa e chegar a conclusões desejadas, foi necessário envolver pessoas que tivessem conhecimento e experiência com o fenómeno em questão.

Esta pesquisa tinha como objetivo analisar a governação participativa e seu impacto na tomada de decisões de políticas locais no Governo do Distrito de Ile. Para alcançar esse objetivo, foram entrevistados funcionários do Governo do Distrito de Ile e membros do Conselho Consultivo Distrital, totalizando uma amostra de 8 participantes. A seleção dos entrevistados foi realizada de forma não probabilística por conveniência, levando em consideração a disponibilidade e o acesso aos indivíduos envolvidos.

Segundo Mattar (2016), a "amostragem não probabilística ocorre quando os elementos da população são selecionados para compor uma amostra com base no discernimento do pesquisador ou entrevistador. Diferentemente de outros métodos, neste, não é garantido que todos os indivíduos da população tenham uma chance igual de serem selecionados" (p.132).

3.2.1. Critério de Determinação de Amostra

Neste estudo, optou-se por participantes residentes na Localidade Sede do Ile, abrangendo ambos os géneros, masculino e feminino. Entrevistamos o líder da Localidade e o responsável pela função pública, dada a sua relevância e domínio sobre o assunto em questão. A escolha desses participantes teve como base a sua habilidade em prover dados precisos e pertinentes. Menores de idade não participaram das entrevistas por suas capacidades reflexivas e compreensivas ainda estarem em desenvolvimento, o que poderia influenciar nas respostas. Profissionais de outras entidades e especialistas da Localidade não foram considerados na coleta de dados para preservar a integridade, objetividade e imparcialidade dos resultados obtidos.

3.3. Técnicas e Instrumentos de Recolha de dados

De acordo com Lakatos e Marconi (2001), as técnicas de colecta de dados referem-se a um conjunto de regras ou processos utilizados pela ciência para realizar a coleta de informações relevantes. Essas técnicas correspondem à parte prática do processo de colecta de dados, envolvendo métodos e instrumentos específicos para obter as informações necessárias para a pesquisa.

Durante a colecta de dados, foram utilizadas diferentes técnicas, incluindo a entrevista semiestruturada, revisão bibliográfica e análise documental. A entrevista semiestruturada que

permitiu a obtenção de informações detalhadas e contextualizadas por meio de perguntas abertas, permitindo uma interação flexível entre o pesquisador e o entrevistado. A revisão bibliográfica consistirá na busca e análise crítica de estudos anteriores e fontes relevantes sobre o tema em estudo, fornecendo uma base teórica e conceitual sólida. A análise documental envolverá a análise de documentos oficiais, relatórios, regulamentos e outros materiais relevantes para obter informações adicionais sobre o contexto e os processos em estudo. Essas técnicas complementares foram aplicadas de forma a obter dados abrangentes e confiáveis para a pesquisa em questão.

3.3.1. A entrevista semi-estruturada

É uma abordagem em que o entrevistador utiliza um roteiro pré-determinado, seguindo um conjunto de perguntas predeterminadas. Essa técnica foi conduzida com base em um formulário e foi preferencialmente realizado com indivíduos selecionados de acordo com um plano prévio. Durante a entrevista, além das perguntas previamente elaboradas, podem surgiram outras questões relacionadas que sustentem a pesquisa em andamento (Marconi & Lakatos, 2003).
Essa abordagem permite uma certa flexibilidade, pois o entrevistador pode adaptar-se ao contexto e às respostas do entrevistado, aprofundando determinados tópicos conforme necessário.

3.3.2. Revisão bibliográfica.

De acordo com Marconi e Lakatos (2009, p.185), "a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já existentes, como livros e artigos científicos. Essa abordagem abrange todo o referencial já divulgado sobre o tema em estudo, incluindo jornais, relatórios, livros, pesquisas, monografias, dissertações e teses"(p.185).
A pesquisa bibliográfica apresenta diversas vantagens, pois permite a construção da fundamentação teórica do estudo e oferece a oportunidade de obter esclarecimentos por meio da revisão do conhecimento existente. Além disso, ela proporciona um embasamento teórico consistente, enriquece a compreensão do objecto de pesquisa e permite a contextualização do tema dentro do campo científico. Ao explorar materiais já publicados, como livros, artigos científicos e outras fontes académicas, a pesquisa bibliográfica amplia o acesso a informações relevantes e confiáveis, contribuindo para o embasamento teórico do estudo.

3.3.3. Pesquisa documental

Fonseca (2002)"descreve a pesquisa documental como aquela que utiliza fontes diversas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios,

documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, entre outros"(p.32).

A análise documental foi escolhida como uma técnica de pesquisa complementar, visando aumentar o suporte de diversas informações relacionadas ao tema em estudo. Por meio da análise de documentos, como relatórios, registos, documentos oficiais e outros materiais relevantes, busca-se obter dados adicionais e aprofundar a compreensão do fenômeno em análise.

3.4. Técnicas e Instrumentos de Analise e Validação de Dados

A triangulação dos dados foi realizada como estratégia de pesquisa, envolvendo a articulação e comparação dos dados empíricos obtidos por meio das entrevistas e observações, com o embasamento teórico proposto na revisão da literatura. Essa abordagem permitiu uma análise e interpretação mais robusta dos dados, buscando uma compreensão mais completa e aprofundada do fenómeno em estudo.

Lakatos e Marconi (1992) definem a triangulação de dados como a combinação de métodos de estudo do mesmo fenómeno.

A ideia acima é corroborada por Bauchard (1976), inferindo que a convergência ou concordância entre dois métodos aumenta a confiança de que os resultados são válidos e não apenas artefactos metodológicos (Lakatos & Marconi, 1992; Bauchard, 1976).

A utilização da triangulação na análise de dados neste tema específico permite obter resultados mais robustos, confiáveis e abrangentes, contribuindo para uma compreensão mais completa dos processos de governação participativa e seus efeitos nas decisões de políticas locais.

3.5. Limitações do Estudo

Durante a realização do presente estudo, é importante reconhecer que surgiram desafios e dificuldades que de certa forma afectaram a coleta de dados, especialmente no que diz respeito aos elementos a serem entrevistados nos conselhos consultivos. No entanto, a autora superou essas dificuldades e encontrou soluções adequadas para garantir a qualidade e a validade dos dados coletados.

As dificuldades incluíram a disponibilidade dos participantes para as entrevistas, restrições de tempo ou agendas ocupadas, falta de acesso a informações relevantes ou resistência por parte dos entrevistados em compartilhar suas opiniões ou experiências.

Para enfrentar essas dificuldades, estão fez-se um planeamento cuidadoso, a definição de metas realistas, o estabelecimento de um bom relacionamento com os participantes, a busca por alternativas de coleta de dados, como questionários entrevistas por videoconferência.

3.6. Aspectos Éticos

Para garantir a proteção da privacidade e a confidencialidade dos entrevistados, foram adoptadas medidas éticas durante a pesquisa. Nesse sentido, os nomes dos participantes não foram revelados e foram substituídos por códigos para preservar sua identidade. Os participantes foram identificados como cidadãos comuns como, FP1- Administrador Distrital, FP2-Chefe de Localidade Membro do Conselho, FP3- Enfermeiro Funcionário público e para os cidadãos comuns, CC1-Cidadã Influente Membro do Conselho, CC2-Chefe de Localidade Membro do Conselho, CC3-Líder comunitário Membro do Conselho, CC4-Agricultor Membro do Conselho, CC5-Cidadão Influente Presidente do Conselho de Escola. Essa abordagem visava proteger a privacidade dos entrevistados e assegurar que suas informações pessoais não fossem divulgadas sem o seu consentimento.

Ao utilizar códigos ou identificadores numéricos para referir-se aos entrevistados, a pesquisa respeita os princípios éticos de confidencialidade e proteção de dados. Essa medida foi essencial para promover um ambiente de confiança e segurança para os participantes, incentivando-os a compartilhar suas opiniões e experiências de forma franca e aberta.

Essa prática também está alinhada com as diretrizes éticas estabelecidas pelas normas de pesquisa, que enfatizam a importância de preservar a identidade dos participantes e proteger suas informações pessoais. Ao garantir o anonimato dos entrevistados, a pesquisa demonstra compromisso em respeitar e salvaguardar os direitos e a privacidade dos indivíduos envolvidos no estudo.

É importante ressaltar que todas as informações coletadas serão tratadas de forma confidencial e utilizadas exclusivamente para fins académicos e de pesquisa. Essas medidas éticas foram fundamentais para garantir a integridade da pesquisa, respeitar os direitos dos participantes e assegurar que a colecta de dados fosse realizada de maneira ética e responsável.

CAPITULO IV: Apresentação, análise e interpretação de dados

4.1. Apresentação de dados

4.1.1. Distrito de Ile

Os Conselhos Locais do Distrito de Ile possuem características únicas, derivadas da maneira específica como esses espaços participativos são estruturados. Enquanto outras formas de instituições participativas no país (como fóruns, comités, comissões e observatórios) têm sua importância, os conselhos locais se destacam como um componente crucial no mecanismo institucional que guia a formulação e execução das políticas dos governos distritais em várias áreas da política pública.

Legalmente, quase todas as iniciativas governamentais no nível distrital precisam ser analisadas por esses conselhos. Esta peculiaridade faz com que os conselhos locais, ao contrário de outras instituições participativas, tenham uma ligação mais directa e uma posição mais destacada na governança dos respectivos distritos. Ademais, sua abrangência em diversas áreas da política pública, sem se restringir a temas específicos, realça sua influência e relevância nas tomadas de decisão a nível distrital.

4.1.2. Articulação entre o governo e o Conselho Consultivo Local na planificação distrital

O sucesso dos objectivos do Governo do Distrito de Ile está fortemente atrelado à colaboração entre os Conselhos Locais e a administração hierárquica local. Os conselhos são essenciais na formulação e execução de planos de desenvolvimento, assegurando a participação comunitária nas decisões económicas, sociais e culturais do distrito. Estas comunidades, que são diretamente impactadas pelas ações governamentais, possuem um profundo entendimento de suas necessidades e prioridades. Logo, o envolvimento delas é crucial para buscar soluções adequadas junto ao Governo Local. O governo, em parceria com as comunidades via Conselhos Locais, busca soluções consensuais para os desafios do distrito, estabelecendo um diálogo onde ambos os lados podem apresentar suas perspectivas. Em suma, o Conselho Local do Distrito é um fórum de interação entre o governo e a comunidade, destacando-se no planeamento participativo, na definição de prioridades e na gestão de recursos locais.

Entrevista Dirigida Funcionários e Residentes Do Distrito Do Ile.

1. **Governação Participativa**.

A Governança Participativa representa um pilar fundamental na consolidação democrática. Segundo os funcionários entrevistados:

FP1: *É crucial destacar a governação participativa como um direito inerente ao cidadão, que deve ser compreendido como uma expressão directa de sua autonomia.*

FP2: *A participação activa na governação não é apenas uma manifestação democrática, mas também um método essencial para consolidar a própria democracia.*

FP3: Olha como um dos desafios centrais estabelecer um equilíbrio entre a vontade política dos governantes e os interesses genuínos da coletividade.

2. **Quando questionamos sobre as principais iniciativas de governação participativa implementadas pelo governo do Distrito de Ile durante 2021-2022, as respostas fornecidas por FP1, FP2 e FP3 foram as seguintes:**

FP1: defendeu foco na Participação Directae mecanismos de mobilização como:

Participação dos cidadãos em reuniões e discussões sobre assuntos públicos.
Promoção de mecanismos de mobilização da sociedade civil.
Envolvimento da população na elaboração, implementação, acompanhamento e análise de programas e políticas públicas.
Implantação de estratégias de gestão para viabilizar a efetiva participação cidadã.

FP2: defendeu destacou Democracia, Direitos Humanos e Inclusão sendo:

Influência das ações do governo pela apresentação de opiniões do povo.
Promover a participação cidadã como mecanismo de fortalecimento da democracia, promoção dos direitos humanos, inclusão social e desenvolvimento sustentável.
Reforço da importância da participação cidadã como método de gestão pública.

FP3: por sua vez mencionou o aprimoramento da Governança Pública e Reconhecimento do Estado isto com a:

Identificar os dispositivos que definem a participação cidadã junto ao poder público como elemento essencial para o aprimoramento da governança pública.

Contribuição para o aprimoramento da governança pública, reconhecendo a importância dos atores governamentais e o papel do Estado como agente promotor do direito à participação.

3. **Quais os mecanismos de participação cidadã adoptados pelo governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?**

FP1: *Falta de um trabalho articulado entre o Governo e a população, que são os aplicadores das políticas. As políticas públicas deveriam ser fruto de uma colaboração entre o governo e a população. Quando os decisores políticos criam políticas sem envolver a população, a aplicabilidade e eficácia dessas políticas são comprometidas. Esse desalinhamento pode causar descontentamento e resistência por parte da população.*

FP2: *Falta de conhecimento que a participação cidadã é factor essencial para reduzir as desigualdades e os conflitos sociais. A participação cidadã não é apenas um direito, mas uma ferramenta vital para garantir que as políticas atendam às necessidades reais da população. Quando a população está envolvida na concepção e implementação das políticas, é mais provável que as desigualdades sejam abordadas, e os conflitos sociais reduzidos.*

FP3: *Falta da componente técnica em grande parte dos sectores do Governo. A eficácia das políticas públicas muitas vezes depende da expertise técnica. Quando o governo carece de capacidade técnica, as políticas podem não ser bem concebidas ou implementadas de maneira eficaz. Isto pode levar a desperdício de recursos e falta de resultados desejados.*

4. **Questionarmos os mecanismos de participação cidadã adoptados pelo governo do Distrito de Ile entre 2021 e 2022.**

FP1 *– Apontou que houve desafios da Articulação e Planeamento: Houve desafios em articular um trabalho entre o Governo e a população, essencialmente porque as políticas eram frequentemente planeadas por indivíduos em gabinetes, distantes da realidade cotidiana da comunidade. A falta de uma abordagem técnica em muitos sectores do governo levou a possíveis lacunas na formulação e execução de políticas.*

FP2 *– Destaca o Conhecimento e Reconhecimento da Participação Cidadã: O período em questão mostrou uma carência de entendimento sobre a importância da participação cidadã, especialmente como meio para reduzir desigualdades e conflitos sociais. Havia também uma falta de reconhecimento do potencial empoderador da participação cidadã, particularmente para grupos mais vulneráveis. E, ainda, uma resistência em reconhecer a vitalidade da participação social em debates e decisões públicas.*

FP3 *–Falou de Engajamento Cidadão e Representação: Os grupos sociais do Distrito de Ile mostraram um engajamento tímido na proposta e execução de iniciativas que verdadeiramente atendessem aos interesses da comunidade.*

5. **Ao inquirir sobre as principais barreiras e obstáculos à participação cidadã na governação do Distrito de Ile, as observações de FP1, FP2 e FP3 revelaram três áreas centrais de preocupação:**

FP1 *- Necessidade de Integração e Organização Multisectorial: A participação efectiva dos cidadãos vai requer uma abordagem integrada, envolvendo todos os sectores da sociedade. É crucial valorizar actividades multissectoriais, desde a base comunitária até os níveis superiores de governação. Os professores, por exemplo, têm um papel especial pois trabalham diretamente com os alunos das comunidades e são igualmente membros dessas mesmas comunidades. Eles podem servir como uma ponte valiosa entre o governo e o público.*

FP2 *- Estabelecimento de Práticas e Mecanismos de Participação: É fundamental estabelecer práticas que incentivem a organização da população em prol de uma participação mais activa. A criação de um conselho local, por exemplo, pode ser um instrumento valioso para influenciar decisões relativas a investimentos públicos e financiamento de projectos de desenvolvimento. Além disso, é essencial que os membros desses conselhos estejam vinculados a associações ou grupos de interesse específicos para garantir a representação adequada das diversas vozes da comunidade.*

FP3 *- Interação e Representação Adequada:A interação regular entre os representantes do governo e o povo é vital para uma governação participativa eficaz. A escolha e indicação dos representantes das comunidades locais não devem ser aleatórias; ao contrário, devem seguir critérios claros que garantam que esses representantes reflitam fielmente os interesses e necessidades de suas respectivas comunidades.*

6. **Ao indagar sobre estratégias e recomendações que fortalecem a governação participativa no Distrito de Ile.**

FP1 *-Promover uma maior participação cidadã, adoptar abordagens multissetoriais, integrando todos os níveis da comunidade, do mais básico ao mais alto. Uma estratégia chave seria envolver professores, pois são actores com ligação directa com os jovens que são membros e representantes da comunidade. Esta integração permite que os jovens se sintam mais conectados e representados no processo de governação.*

FP2 *- Estabelecimento de práticas que priorizem e facilitem a organização e mobilização da população. Neste contexto, a criação de um conselho local se destaca como uma recomendação*

vital. Este conselho serviria como uma plataforma influente no processo de tomada de decisão, particularmente em relação a investimentos públicos e financiamento de iniciativas de desenvolvimento local. Os membros destes conselhos devem estar bem conectados com associações ou grupos de interesse específicos para assegurar que todos os setores da comunidade estejam adequadamente representados.

FP3 – *Promoção da comunicação constante e eficaz entre os representantes do governo e a população para uma governação participativa bem-sucedida. Estabelecer critérios claros para os processos de seleção e nomeação de representantes das comunidades assegura que os indicados estejam alinhados com as necessidades e interesses de suas respectivas comunidades.*

7. **Questionamos sobre como a governação participativa pode ser reforçada para assegurar maior inclusão e representatividade dos cidadãos no Distrito de Ilequanto a esta pergunta obtivemos o seguinte:**

FP1 - Inclusão através da Representação Diversificada e Participação Civil: *garantir a participação garantindo uma representação diversificada, envolvendo a sociedade civil e lideranças comunitárias em todos os processos de tomada de decisão. A diversidade entre os representantes da sociedade civil é crucial para garantir que diferentes perspectivas e necessidades sejam consideradas, proporcionando uma representação equitativa.*

FP2 - Comunicação Direta e Interatividade com o Público: *É fundamental estabelecer mecanismos de interação social robustos, que devem incluir encontros periódicos para feedback e catualizações. As reuniões públicas de auscultação, dirigidas pelo administrador local nos diversos bairros do Distrito de Ile, são vitais para estabelecer um diálogo directo com os cidadãos. Essas reuniões não só proporcionam um fórum para a discussão de preocupações locais, mas também servem como um meio de resolver problemas identificados tanto pela população quanto pela administração.*

FP3 - Intervenção e Acção dos Sectores Governamentais: *O reforço da governação participativa exige a intervenção directa dos representantes de diversos sectores e departamentos governamentais. Eles devem trabalhar em conjunto, de forma transparente e responsiva, garantindo que os planos e programas de ação propostos estejam alinhados com as necessidades identificadas durante os encontros públicos.*

Entendimento dos Membros do Conselho Consultivo Local Sobre a Governação Participativa e seu Impacto na Tomada de Decisões de Políticas.

1. **Quais são as razões que levaram o Governo a Criar uma sociedade mais participativa?**

CC1: "A principal razão é fortalecer a democracia. Uma sociedade mais participativa permite que todos os cidadãos tenham voz ativa no processo de tomada de decisões, garantindo que as políticas implementadas refletem as verdadeiras necessidades e desejos da população. Isto promove uma governança mais transparente e responsável."

CC2: "Do ponto de vista económico, uma sociedade participativa é crucial para o desenvolvimento sustentável. Quando os cidadãos estão envolvidos na formulação e implementação de políticas, é mais provável que estas políticas sejam bem-sucedidas e gerem benefícios económicos a longo prazo."

CC3: "A criação de uma sociedade mais participativa é uma resposta à necessidade de inclusão social. Ao promover a participação de todos os grupos, incluindo os mais vulneráveis e marginalizados, garantimos que todos tenham igualdade de oportunidades e que ninguém seja deixado para trás."

CC4: "A participação cidadã fortalece o tecido social e promove a coesão. Uma sociedade onde todos se sentem ouvidos e valorizados é mais harmoniosa, menos propensa a conflitos e mais resiliente a crises."

CC5: "Ao envolver uma ampla gama de cidadãos no processo de governação, estamos também a captar uma diversidade de ideias e perspectivas. Esta abordagem colaborativa pode levar a soluções mais inovadoras e eficazes para os desafios que enfrentamos."

2. **Qual o perfil dos participantes do Conselho Consultivos Locais? Quem realmente participa? Por que motivo? Que segmentos da população (qual a representatividade) mais participam?**

CC1: "Tenho notado que a maioria dos participantes do Conselho Consultivo Local são pessoas mais velhas e com alguma influência na comunidade. É possível que participem porque já têm um certo status ou porque estão mais familiarizados com os processos. No entanto, sinto que muitas vezes a representatividade de jovens e mulheres é limitada, o que é preocupante."

CC2: "Na minha opinião, quem realmente participa são aqueles que têm uma compreensão clara dos processos e um interesse direto nos resultados. Por vezes, isto pode estar relacionado com benefícios pessoais ou políticos. Há uma necessidade de maior transparência na seleção dos membros para garantir uma representação equitativa."

CC3: "A falta de transparência na gestão, por vezes, faz com que muitos se sintam desencorajados em relação à sua participação. Quem participa tende a ser aqueles que sentem que podem influenciar ou beneficiar de alguma forma. Infelizmente, isso significa que muitos segmentos da população, especialmente os mais vulneráveis, são muitas vezes negligenciados."

CC4: "Ao observar as reuniões, nota-se que os segmentos da população mais bem estabelecidos ou com mais recursos tendem a participar mais. Pode ser porque têm mais a perder ou ganhar, ou simplesmente porque têm mais confiança e conhecimento sobre como fazer ouvir a sua voz. Há uma falta notável de participação de jovens, e isso é algo que precisa ser abordado."

CC5: "Embora eu veja algumas caras familiares nas reuniões que representam certos grupos, muitas vezes questiono-me sobre a legibilidade dos membros. Não tenho certeza de como são escolhidos ou quem decide. A falta de clareza e transparência pode ser um grande obstáculo para uma participação mais ampla."

3. Questionamos sobre as Competências do Conselho Local

CC1: "De acordo com a minha experiência, o Conselho Local tem o papel de deliberar sobre questões pertinentes à nossa comunidade. Embora a legislação possa especificar certos aspectos, na prática, muitas vezes actuamos como um órgão de consulta para os decisores locais. Temos voz em temas de desenvolvimento local, infraestrutura e outros assuntos que afetam o dia-a-dia dos cidadãos."

CC2: "As competências do Conselho Local, na minha visão, são amplas. Somos encarregados de representar os interesses da comunidade, promovendo um diálogo entre a população e os órgãos de governo. Além disso, muitas vezes, somos consultados para aprovar orçamentos ou revisar planos de desenvolvimento local."

CC3: "Pela legislação, temos competências claras, mas muitas vezes isso se traduz de maneira diferente no terreno. Deveríamos ser uma ponte entre a comunidade e o governo local, dando um contributo sobre projetos e políticas. Na minha experiência, no entanto, nem sempre somos envolvidos tão activamente quanto deveríamos ser."

CC4: "Acredito que uma das nossas principais competências é ser a voz da comunidade. Devemos ser os olhos e ouvidos no terreno, compreendendo as necessidades dos cidadãos e garantindo que sejam refletidas nas decisões tomadas a nível local. Também temos o papel de supervisionar certas implementações e garantir a transparência e a boa governação."

CC5: "Na teoria, de acordo com a legislação, temos competências bem definidas, como consulta, supervisão e algumas decisões a nível local. No entanto, a minha experiência mostra que, muitas

vezes, as competências podem ser um pouco difusas, com o Conselho tendo mais ou menos influência dependendo do assunto e da situação."

4. Nas sessões do Conselhos Consultivos Locais Como é constituída a formação da agenda?

CC1: "A formação da agenda é, em teoria, baseada na legislação e nas diretrizes locais, mas frequentemente sentimos que certos tópicos são impostos sem uma consulta ampla aos membros. Embora deveríamos ter um espaço para trazer preocupações da comunidade, muitas vezes a agenda já vem pré-definida."
CC2: "Muitas vezes, é o presidente ou a liderança do Conselho que define os principais pontos da agenda, embora também tenhamos um espaço para sugestões. Contudo, seria benéfico ter mais inclusão dos membros na definição do que será discutido para garantir que os tópicos sejam realmente relevantes para a nossa comunidade."
CC3: "A agenda é geralmente preparada com base nas questões emergentes da comunidade, mas sinto que, por vezes, os assuntos mais delicados ou controversos são evitados. Seria importante ter uma abordagem mais transparente e inclusiva na preparação da agenda."
CC4: "Na minha experiência, a formação da agenda varia de sessão para sessão. Enquanto em algumas reuniões temos a oportunidade de propor tópicos, em outras, a agenda é fortemente influenciada por questões urgentes ou por diretrizes de autoridades superiores."

CC5: "Para ser honesto, sinto que muitas vezes os membros do conselho não têm influência suficiente na formação da agenda. Embora a legislação possa ditar um procedimento, a prática mostra que os tópicos frequentemente refletem as prioridades da liderança, em vez das verdadeiras preocupações da comunidade."

5. Nestas sessões/reuniões quem contribui mais, faz mais propostas, coloca mais pontos na pauta para discussão e deliberação?

CC1: "Tenho observado que, frequentemente, os membros com mais experiência ou aqueles com cargos mais elevados no conselho tendem a dominar as discussões. Eles são os que mais contribuem e colocam pontos na pauta. No entanto, nem sempre isso significa que seus pontos são os mais relevantes para a comunidade."

CC2: "Infelizmente, em muitas das nossas sessões, há uma tendência de alguns membros mais vocalizados ou influentes contribuírem mais. Esses membros, por terem mais acesso a certas

informações ou por estarem mais familiarizados com os procedimentos, muitas vezes direcionam as discussões."

CC3: "Na minha percepção, a contribuição nas sessões varia. Embora existam membros que são consistentemente activos, há vezes em que membros que geralmente são mais reservados trazem pontos cruciais, especialmente quando o tópico é de particular interesse para eles ou suas comunidades representadas."

CC4: "Depende muito do tema em questão. Há tópicos em que certos membros têm mais expertise e, portanto, contribuem mais. No entanto, sinto que a liderança do conselho, em algumas ocasiões, tem uma influência desproporcional na definição e direção das discussões."

CC5: "Embora todos os membros tenham a oportunidade de contribuir, a realidade é que uma minoria, muitas vezes com mais experiência ou conexões políticas, tende a ser mais activa nas discussões. Seria benéfico encorajar uma participação mais equitativa, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas."

6. **Existe facilitação do diálogo? Como se efectiva a colaboração para a tomada de decisão? Há debates e decisões livres de constrangimento em pé de igualdade no conselho? Qual deles prevalece?**

CC1: *"Na minha perspectiva, o diálogo é encorajado, mas nem sempre é facilitado de forma eficaz. Muitas vezes, as decisões parecem ser tomadas antes das reuniões, o que pode desencorajar a contribuição genuína dos membros. Embora todos sejam convidados a falar, sinto que nem todos se sentem à vontade para expressar seus pontos de vista."*

CC2: *"Temos uma estrutura de tomada de decisão em que todos são encorajados a participar, mas confesso que em algumas ocasiões, a dinâmica do poder pode influenciar os debates. Alguns membros são naturalmente mais dominantes, o que pode constranger outros a falar livremente."*

CC3: *"Há esforços para facilitar o diálogo, com sessões dedicadas à discussões abertas. No entanto, em termos de tomada de decisão, muitas vezes sinto que as opiniões de alguns membros prevalecem, principalmente devido à sua influência ou experiência."*

CC4: *"Acredito que a colaboração é um pilar do nosso conselho. No entanto, o equilíbrio de poder nem sempre é uniforme. Há momentos em que os debates são influenciados por um grupo menor de indivíduos. Embora a intenção de ter um diálogo aberto e em pé de igualdade esteja lá, a sua eficácia na prática pode variar."*

CC5: *"Há uma tentativa genuína de facilitar o diálogo entre os membros. Todos têm uma voz, mas nem todos a usam com a mesma frequência ou influência. A dinâmica de grupo pode, por vezes, favorecer certos membros, mas no final do dia, tentamos chegar a um consenso."*

7. **Existem pessoas responsáveis para dirigir o processo de tomada de decisões? Quem è o responsável de intermediar o dialogo entre mediador de interesses?**

CC1: *"Sim, temos um presidente que normalmente dirige o processo de tomada de decisões. Ele tem um papel crucial em garantir que todos sejam ouvidos. Contudo, em algumas situações, sinto que pode haver uma inclinação para favorecer certos pontos de vista."*

CC2: *"Nas nossas reuniões, o presidente é quem geralmente coordena o diálogo. No entanto, existe também um secretário que pode actuar como intermediário em questões mais complexas, ajudando a equilibrar os interesses de todos os membros."*

CC3: *"Existe um líder formal, o presidente, mas em várias ocasiões, vemos subcomissões ou grupos de trabalho sendo formados para abordar questões específicas. Estas subcomissões têm seus próprios líderes que ajudam a dirigir discussões mais focadas."*

CC4*: "O presidente é geralmente o principal responsável por dirigir a discussão, mas acho que o sucesso de nosso conselho também depende muito de nossa capacidade de auto-organização. Temos membros proactivos que frequentemente assumem papéis de liderança em discussões específicas."*

CC5: *"Há um presidente, claro, mas também valorizamos a figura do secretário e de outros membros seniores do conselho como mediadores de interesses. O diálogo é crucial para nós, e esses líderes desempenham um papel vital em assegurar que ele aconteça de forma produtiva."*

8. **Quais são os assuntos que são discutidos pelo conselho local?**

CC1: *"Frequentemente discutimos questões relacionadas ao desenvolvimento comunitário e projetos de infraestrutura. Contudo, noto que, em várias ocasiões, os temas já vêm pré-definidos pela liderança, sem que tenhamos uma oportunidade real de propor novos assuntos."*

CC2: *"Temos abordado assuntos como educação, saúde e segurança pública. Mas, para ser honesto, em certos momentos sinto que a agenda é conduzida de cima para baixo, limitando nossa capacidade de introduzir questões emergentes da comunidade."*

CC3: *"Além dos tópicos regulares meio ambiente, tentamos trazer questões específicas da nossa comunidade, como eventos culturais e apoio a pequenos negócios. No entanto, não é sempre que conseguimos incluir esses temas."*

CC4: *"Economia local, prcojectos sociais e questões ambientais são comuns em nossas discussões. Mas tenho que admitir que, por vezes, sentimos que a agenda é um pouco rígida e determinada sem nossa consulta plena."*

CC5: *"Tocamos em muitos assuntos, desde cultura até questões de saúde. No entanto, gostaria que houvesse mais espaço para trazermos assuntos que a comunidade nos traz directamente, ao invés de nos atermos apenas à agenda estabelecida pela liderança."*

9. Como ocorre o processo de tomada de decisões? Todos os participantes têm oportunidades para apresentar suas opiniões?

CC1: "O processo, idealmente, deveria ser democrático. No entanto, muitas vezes sinto que algumas vozes são mais ouvidas do que outras. Ainda que todos tenhamos a chance de falar, nem sempre todas as opiniões são consideradas na decisão final."

CC2: "A tomada de decisões deveria ser um reflexo das opiniões de todos os membros. Mas, por vezes, parece que algumas decisões já estão tomadas antes de chegarem ao conselho. Todos falam, mas nem todos são ouvidos da mesma forma."

CC3: "Geralmente, há um debate sobre os assuntos propostos na agenda. Todos têm o direito de expressar sua visão, mas confesso que em certos temas, principalmente os mais sensíveis, sinto uma certa resistência em considerar opiniões divergentes."

CC4: "Existe uma formalidade no processo de tomada de decisões. Todos podem falar, mas a influência real varia. Muitas vezes, a opinião da liderança pesa mais, mesmo que a maioria do conselho pense de forma diferente."

CC5: "Temos um espaço para debater, e isso é positivo. No entanto, o desafio está em garantir que essa discussão se traduza em decisões que reflitam verdadeiramente a vontade da maioria. Em algumas ocasiões, parece que certos membros têm mais peso nas decisões."

10. Quais são os procedimentos para participar do processo decisório?

CC1: "O processo começa com a apresentação da agenda para a reunião. Normalmente, é esperado que todos leiam e venham preparados. Durante a reunião, cada ponto é discutido, e todos os membros podem expressar suas opiniões antes de se chegar a uma decisão."

CC2: "Além de debater os tópicos da agenda, qualquer membro pode propor um novo assunto para discussão, desde que apresentado com antecedência. Depois de um debate aberto, a decisão é frequentemente tomada por consenso, mas em situações mais polémicas, pode ser feita uma votação."

CC3: "Nós temos uma estrutura clara para as reuniões: apresentação do tema, discussão aberta, e então a tomada de decisão. Por vezes, formam-se pequenos grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos e depois trazer as conclusões ao conselho como um todo."

CC4: "Antes de qualquer decisão, sempre é dada a oportunidade para que todos falem. Se houver um impasse, procuramos chegar a um consenso. Se isso não for possível, a decisão pode ser adiada ou, em último caso, levada a votação."

CC5: "A participação no processo decisório não é apenas durante as reuniões. Muitas vezes, temos documentos e materiais para revisar antes de cada encontro. E é essencial estar bem informado e preparado para contribuir de forma significativa para as discussões."

4.2. Discussão de Resultados

- **Iniciativas de governação participativa implementadas pelo governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022, e mecanismos de participação cidadã adoptados.**

A consolidação da governança participativa é fundamental para uma democracia verdadeira. O período de 2021-2022 no Distrito de Ile mostra vários níveis e abordagens de governação participativa. Estas abordagens, conforme destacado pelos entrevistados FP1, FP2 e FP3, demonstram uma variedade de métodos e perspectivas sobre o papel da participação cidadã na governança.

O foco dado por FP1 na participação directa e mecanismos de mobilização evidencia o papel central dos cidadãos em todos os aspectos da governança. Esta visão alinha-se com as teorias de Brett (2001) e Souza (2001) que discutem a importância da voz e empoderamento dos cidadãos na tomada de decisões.

FP2, por outro lado, alinha-se mais com as perspectivas de desenvolvimento sustentável, direitos humanos e inclusão. A ideia de que a participação cidadã deve ser um mecanismo para fortalecer a democracia e promover os direitos humanos é reforçada pelas teorias de Chichava (1999), que veem a capacitação das comunidades como central para uma participação significativa.

FP3, destaca a necessidade de aprimorar a governança pública, uma visão que é amplamente apoiada pela literatura. Speer (2012) e Smith (2009) observam a importância dos dispositivos de participação cidadã na melhoria da governança e na promoção de uma sociedade mais democrática.

No entanto, os desafios enfrentados no processo de governança participativa, conforme observado em FP1, FP2 e FP3, são consistentes com os desafios teóricos e práticos discutidos na literatura. A falta de colaboração, conhecimento insuficiente sobre a importância da participação cidadã, e a falta de expertise técnica no governo são questões comuns em muitos contextos.

Além disso, as razões fornecidas pelos entrevistados CC1-CC5 sobre a importância da criação de uma sociedade mais participativa ecoam os argumentos de Gaventa & Barrett (2017) e Morgan & Zakhour (2020). A ideia é que a participação efectiva da comunidade pode levar a melhores políticas e resultados, promovendo a inclusão e equidade.

A participação em Conselhos Consultivos Locais, como observado pelos entrevistados CC1-CC5, parece enfrentar desafios de representatividade e inclusão. A legislação pode fornecer uma estrutura para a participação, mas a prática real muitas vezes falha em garantir a representação completa de todos os segmentos da sociedade, particularmente os mais desfavorecidos.

A governança participativa no Distrito de Ile parece estar alinhada com muitas das teorias discutidas na literatura, mas ainda enfrenta desafios práticos e teóricos que precisam ser abordados para garantir uma participação verdadeira e significativa de todos os cidadãos.

- **Factores de autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local no Distrito de Ile.**

A questão da participação cidadã na governação local é uma preocupação central em sistemas democráticos. Os dados apresentados indicam uma série de desafios enfrentados pelo Distrito de Ile nesse aspecto, e estes são consistentes com questões teóricas e práticas discutidas em diversos contextos globais.

1. Desafios da Articulação e Planeamento: FP1 sugere que há um desafio significativo na articulação entre o governo e a população local. A crítica de que políticas são frequentemente planeadas por indivíduos distantes da realidade cotidiana da comunidade é recorrente em literaturas de governação participativa. Esta crítica é ecoada por Mintzberg (1976) que discute a importância de envolver os stakeholders no processo decisório. Políticas decididas sem uma compreensão aprofundada da realidade local são frequentemente ineficazes ou até contraproducentes.

2.Conhecimento e Reconhecimento da Participação Cidadã: FP2 destaca uma falta de entendimento e valorização da participação cidadã. A ONU, como citado, defende que uma governação participativa é mais eficiente e sustentável. A falta de reconhecimento da importância da participação cidadã, conforme mencionado em FP2, pode ser atribuída à falta de educação e sensibilização sobre seus benefícios.

3. Engajamento Cidadão e Representação: O engajamento tímido dos grupos sociais, conforme relatado por FP3, sugere uma desconexão entre as estruturas formais de governança e a população. Pode haver várias razões para isso - falta de confiança nas instituições, falta de educação sobre os canais de participação ou mesmo apatia política.

O feedback dos membros do Conselho Consultivo Local (CCs) fornece informações adicionais sobre o processo decisório. A consistência nas respostas sugere que a formação da agenda é muitas vezes centralizada, com pouca entrada de membros comuns. Isso é preocupante, pois contraria os princípios de governança participativa, onde a definição da agenda deve ser um processo colaborativo.

Além disso, a percepção de que alguns membros dominam as discussões enquanto outros são silenciados é outro impedimento para a governança participativa eficaz.

Burns e Flam (2006) e outros teorizam que a inclusão genuína requer a participação equitativa de todos os organismos.

A questão da descentralização, como discutida por Affonso (2000) e outros, é especialmente relevante aqui.

A descentralização promove maior autonomia e capacidade de resposta às necessidades locais. Contudo, como o exemplo de Ile mostra, a mera descentralização sem processos de tomada de decisão inclusivos e participativos pode não ser suficiente.

Os desafios enfrentados pelo Distrito de Ile em relação à participação cidadã na governação local são reflexo de uma série de factores interconectados. A literatura sugere que a tomada de decisões inclusiva e participativa é crucial para uma governação eficaz e para a legitimação das políticas. O caso de Ile ilustra a necessidade de abordar não apenas a descentralização formal, mas também de garantir que os processos de tomada de decisão sejam verdadeiramente inclusivos e reflexivos das necessidades e desejos da comunidade local.

Estratégias e recomendações para fortalecer a governação participativa.

Ao avaliar os dados apresentados, vemos um claro panorama das perspectivas e desafios da governação participativa no Distrito de Ile. Para analisar as informações de maneira eficaz, é essencial triangulá-las, cruzando os dados obtidos com as teorias existentes.

Os entrevistados propuseram estratégias que vão ao encontro das teorias que defendem a descentralização e a participação cidadã (Affonso, 2000; Speer, 2012). A ênfase na inclusão de diferentes setores da comunidade e na formação de conselhos locais para decisões alinha-se ao modelo de descentralização, onde a redistribuição de poder e responsabilidade é central. Ao mesmo tempo, o foco na comunicação e critérios claros para a seleção de representantes reflete a importância da participação cidadã nas teorias de Speer (2012) e Wampler (2011).

Reforço da Governação Participativa para Maior Inclusão e Representatividade:

Ao analisar as respostas obtidas reforçam a necessidade de representação diversificada e interação directa com o público. A literatura sugere que a eficácia da governança participativa depende da capacidade e motivação tanto de funcionários públicos quanto de cidadãos (Speer, 2012). O destaque dado à interactividade, representação diversificada e intervenção dos sectores governamentais demonstra uma concordância entre a percepção local e as teorias existentes.

Processo de Tomada de Decisões

Os relatos dos entrevistados mostram um cenário onde, embora haja um processo formal para tomada de decisões, nem sempre há uma equidade na influência dos membros. Isso reflete os

estudos de Mintzberg (1976) e Brugué e Vallès (2005) que enfatizam a importância da inclusão e da discussão aberta no processo deliberativo.

Procedimentos para Participação no Processo Decisório

Os procedimentos relatados pelos entrevistados coincidem com as teorias que defendem a democratização dos espaços de poder (Pinto et al., 2018) e a ideia de democracia mais ampla (Marques, 2010). Eles destacam a importância da preparação prévia, da discussão aberta e da busca pelo consenso.

Conexão com Estudos Específicos sobre Moçambique

Os estudos de Albino (2020) e Malipa (2014) sobre Moçambique fornecem uma compreensão mais aprofundada das nuances locais. O foco no Plano Estratégico do Distrito (PES) e nos desafios enfrentados nos Conselhos Locais evidencia a importância de mecanismos de prestação de contas eficazes. A questão da representação e das relações entre actores sociais no processo de governação, conforme discutido por Malipa (2014), também ressoa nos dados apresentados.

O cruzamento dos dados colectados com as teorias e pesquisas existentes mostra uma congruência entre as perceções locais e os princípios teóricos da governança participativa. Embora os mecanismos formais de participação estejam presentes, ainda existem desafios relacionados à equidade na influência e na representatividade no processo decisório. É crucial que esses informações sejam utilizadas para aprimorar a governação participativa no Distrito de Ile, garantindo que todos os membros da comunidade tenham uma voz activa e significativa.

CAPITULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1. Conclusões

A governação participativa, no contexto do Distrito de Ile durante 2021-2022, apresenta-se como uma ferramenta essencial na promoção de uma democracia robusta e na legitimação das políticas locais. Contudo, apesar de iniciativas e mecanismos formalmente estabelecidos que buscam promover a participação dos cidadãos na tomada de decisões, há uma notável auto-exclusão de cidadãos deste processo, levantando preocupações sobre sua eficácia e representatividade. Os dados recolhidos sugerem que, enquanto algumas práticas de governação participativa no Distrito de Ile alinham-se com teorias académicas sobre o tema, a implementação prática encontra obstáculos. Estes desafios incluem dificuldades na articulação e planeamento, falta de valorização da participação cidadã, e um engajamento tímido de certos grupos sociais. Além disso, apesar da existência de mecanismos formais de participação, como os Conselhos Consultivos Locais, questões de representatividade e inclusão persistem. Evidentemente, a auto-exclusão observada entre os cidadãos é multifacetada e enraizada tanto em desafios estruturais como culturais. A falta de conhecimento sobre mecanismos de participação, barreiras ao acesso à informação, desigualdades socioeconómicas e a percepção de que a voz do cidadão não é valorizada contribuem para este cenário. Em resposta ao problema de pesquisa inicial, pode-se afirmar que, embora a governação participativa tenha potencial para impactar positivamente a tomada de decisões de políticas locais, a sua plena realização no Distrito de Ile é prejudicada por vários obstáculos. A ausência da voz activa de segmentos significativos da população pode resultar em políticas que não refletem as verdadeiras necessidades e aspirações da comunidade. Para fortalecer a governação participativa no Distrito de Ile, é imperativo abordar os desafios identificados, promovendo a educação cívica, aumentando a transparência, garantindo uma representação mais equitativa e diversificada nos órgãos de decisão, e estabelecendo canais de comunicação mais eficazes entre o governo e os cidadãos. Concluindo, a busca por uma governação participativa eficaz no Distrito de Ile é um processo contínuo que exige introspecção, adaptação e compromisso tanto das autoridades locais quanto dos cidadãos. Ao abordar os desafios identificados e reforçar os princípios da democracia participativa, o Distrito de Ile pode caminhar em direção a uma governação mais inclusiva, representativa e legitimada.

5.2. Sugestões

Sugestões da pesquisa para o Fortalecimento da Governação Participativa no Distrito de Ile:

1. **Educação Cívica e Capacitação:**
   - Implementar programas de educação cívica nas escolas e comunidades para aumentar a compreensão sobre a importância da participação na tomada de decisões.
   - Capacitar cidadãos sobre mecanismos de participação e seus direitos e responsabilidades.
2. **Revisão dos Mecanismos de Participação:**
   - Reformular os Conselhos Consultivos Locais, garantindo uma representação diversificada e equitativa.
   - Estabelecer critérios claros de seleção para os membros dos conselhos, promovendo a inclusão de grupos marginalizados e minimizando a concentração de poder.
3. **Promoção da Transparência:**
   - Garantir que todas as decisões e procedimentos sejam transparentes e acessíveis ao público.
   - Utilizar tecnologia e Radio Comunitária local para divulgar informações sobre iniciativas de governação, reuniões públicas e processos de tomada de decisão.
4. **Canais de Comunicação Eficazes:**
   - Estabelecer plataformas de feedback onde os cidadãos podem expressar suas preocupações e sugestões diretamente ao governo local.
   - Promover fóruns e debates públicos regulares para discussão aberta sobre políticas e projectos.
5. **Reforçar a Descentralização:**
   - Encorajar a tomada de decisões ao nível mais baixo possível, permitindo que as comunidades locais tenham maior influência nas políticas que as afectam diretamente.
6. **Promoção da Cultura Participativa:**
   - Incentivar uma cultura em que a participação cidadã seja valorizada e reconhecida, reconhecendo e premiando cidadãos e organizações que contribuem significativamente para a governança local.
7. **Endereçar Desigualdades Socioeconomicas:**
   - Implementar políticas que reduzam desigualdades e barreiras socioeconómicas, permitindo uma participação mais ampla na governação.
8. **Integração e Parceria com Organizações Locais:**
   - Colaborar com ONGs, associações locais e grupos comunitários para facilitar a participação cidadã, aproveitando suas redes e expertise.

9. **Revisão e Feedback Contínuo:**
   - Implementar mecanismos de revisão periódica para avaliar a eficácia das iniciativas de governação participativa e adaptar-se com base no feedback recebido.
10. **Compromisso Político:**
   - Assegurar que os líderes e autoridades locais estejam verdadeiramente comprometidos com a promoção da governação participativa, não apenas como uma formalidade, mas como um componente essencial da democracia local.

Com estas sugestões, o Distrito de Ile tem a oportunidade de consolidar a governação participativa, assegurando que todos os cidadãos se sintam incluídos, representados e valorizados no processo de tomada de decisões. A implementação destas medidas requer, sem dúvida, um compromisso concertado de todas as partes envolvidas, mas os benefícios potenciais para a comunidade são imensuráveis.

Referência Bibliográfica

Affonso, D. P., Ribeiro, Jdg., & Machado. (2017). *Representação da sociedade civil nos conselhos e comissões nacionais:* relatório de pesquisa. Rio de Janeiro.

Barddal, F. M. E., Torres, R. L., & Polli, S. A. (2019). Concitiba: *Análise da democracia participativa na gestão 2014-2016*. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento.

Benavente, A. (2012). *Globalização, resistência e regulação*. Notas para debate. In M. J. Casa-Nova et al (Org.), Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual. V.N. Famalicão: Edições Humus.

Brett, E. (2001). *Participation and Accountability in development management*. Documentos de Discusión sobre el Tercer Sector.

Brugué, Q., & Vallès, J. M. (2005). *New-style councils, new-style councillors*: from local government to local governance. Governance.

CIP. (2007*). Relatório do estudo sobre a transparência, área de riscos e oportunidades de corrupção em seis autarquias Moçambicanas*. Maputo: CIP.

Chichava, J. C. (1999). *Participação comunitária e desenvolvimento*. O caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo: INLD.

Ernesto, N. (2003). *Partidos e Grupos na Competição eleitoral municipal*. In Partidos, Cidadãos e Eleições em Moçambique-2003. Maputo: Instituto, Sociedade e Administração.

Favareto, A. S. & Arraes, N. M. (2007). *Governança Participativa e as Instituições para o Desenvolvimento Rural:* um Estudo do Município de Campinas. São Paulo: UNICAMP.

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5ªed) São Paulo: Atlas.

Hartley, J. (2004). *Case study research*. London: Sage.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico*. (4ªed). São Paulo: Atlas.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2002). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ªed.) São Paulo: Atlas.

Lüchmann, L. H. H. (2007). *Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas*.

Mattar, F. (1996). *Pesquisa de marketing.* Atlas.

Machado Carrion, R., & De Almeida Costa, P. (2010). *Governança Democrática, Participação e Solidariedade:* Entre a Retórica e a Práxis. Espacio Abierto Cuaderno Venezo.

Malipa, G. E. A. (2014). *Participação e Representações sociais no Processo da Governação Local em Maputo*: o caso do Bairro da Polana caniço "A". Monografia. Universidade Eduardo Mondlane Faculdade De Letras E Ciências Sociais Departamento De Arqueologia E Antropologia.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Cientifica*. (5ªed.) São Paulo: Atlas.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2009). *Metodologia do Trabalho Cientifico*. (7ªed.) São Paulo: Atlas.

Marques, F.P.J.A. (2010). "*Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais*.

Mintzberg, H. (1976). *Planning on the left side and managing on the right.* Harvard Business Review.

Milani, C. R. S. (2008). *O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais*: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública, 42, 551-579.

Mammo, T. (1999). *The paradox of African´s poverty: the role of indigenous knowledge, traditional practices and local institutions-the case of Ethiopia*. Eritrea: RSP-INC.

Nguenha, E. (2009). *Governação municipal democrática em Moçambique*: alguns aspectos importantes para o desenho e implementação de modelos do orçamento participativo. In II Conferência do IESE sobre Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação em Moçambique. Maputo.

ONU. Organização das Nações Unidas. (2015). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Retrieved from https://odsbrasil.gov.br/ on 12 Julho. 2023.

Peixoto, T. (2013). *Democracia digital no Brasil: do mapeamento do campo às proposições de pesquisa.* In Anais do Seminário Internacional de Participação Eletrônica.

Pierre, J., & Peters, G. (2000). *Governance, Politics and the State*. Basingstoke: Macmillan.

Pinto, T.R.G.S., Martins, S., Leonel, D.S., & Ckagnazaroff, I, B. (2018). Governança Participativa: possibilidades e desafios na gestão local. Interações (Campo Grande).

Ribeiro, A. S. T. (2022). *Governança Participativa e Democrática*: Estudo de caso do envolvimento dos jovens no Orçamento Participativo do Município de Cascais. Dissertação. Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Silva, M. (2001). *Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS*. Universidade Federal do Rio grande do Sul, tese de doutoramento.

Souza, C. (2001). *Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do Orçamento Participativo*. São Paulo em perspectiva, São Paulo.

Speer, J. (2012). *Participatory governance reform: A good strategy for increasing government responsiveness and improving public services?.* World Development.

Sharma, R. (2021). *A promessa e o perfil da formulação participativa de políticas*. Estudos de Política.

Wampler, B. (2011). *Instituições participativas como "enxertos" na estrutura do Estado*: a importância de contextos, atores e suas estratégias. A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. IPEA.

Yin, R.K. (2015). *Estudo de caso. Planeamento e métodos* (5ª ed.). Bookman.

Apêndices

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDO AOS FUNCIONÁRIOS E RESIDENTES DO DISTRITO DO ILE.

Elsa Maria Fortes Xavier da Barca, estudante do Curso de Mestrado em Administração Pública, no âmbito da elaboração do trabalho de fim de curso, na Universidade Católica de Moçambique – Extensão de Gurúè, foi organizado um guião de entrevista para colecta de dados relativos a **Governação Participativa e seu Impacto na Tomada de Decisões de Políticas Locais: Uma Análise do Governo do Distrito de Ile (2021-2022).** Os dados colectados serão usados para efeitos de Investigação Científica, cujas informações serão tratadas e usadas de forma confidencial.

1. Já ouviu falar de Governação Participativa?

_____

2. Quais foram as principais iniciativas de governação participativa implementadas pelo governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?

_____

_____

3. Quais os mecanismos de participação cidadã adoptados pelo governo do Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?

_____

_____

4. Quais foram os factores que levaram à autoexclusão dos cidadãos na contribuição para a governação local no Distrito de Ile durante o período de 2021 a 2022?

_____

_____

5. Quais são as principais barreiras e obstáculos que levam à falta de participação dos cidadãos na governação participativa do Distrito de Ile?

_____

6. Quais estratégias e recomendações podem ser propostas para fortalecer a governação participativa no Distrito de Ile, visando aumentar a participação dos cidadãos?

_____

7. Como a governação participativa pode ser fortalecida para garantir uma maior inclusão e representatividade dos cidadãos no processo de tomada de decisões de políticas locais no Distrito de Ile?

_____

Obrigada Pela Colaboração

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DIRIGIDO AOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO LOCAIS

Elsa Maria Fortes Xavier da Barca, estudante do Curso de Mestrado em Administração Pública, no âmbito da elaboração do trabalho de fim de curso, na Universidade Católica de Moçambique – Extensão de Gurúè, foi organizado um guião de entrevista para colecta de dados relativos a **Governação Participativa e seu Impacto na Tomada de Decisões de Políticas Locais: Uma Análise do Governo do Distrito de Ile (2021-2022).** Os dados colectados serão usados para efeitos de Investigação Científica, cujas informações serão tratadas e usadas de forma confidencial.

1.Quais são as razões que levaram o Governo a Criar uma sociedade mais participativa?

_____

2.Qual o perfil dos participantes do Conselho Consultivos Locais? Quem realmente participa? Por que motivo? Que segmentos da população (qual a representatividade) mais participam?

_____

3.Quais são as Competências do Conselho Local

_____

4.Nas sessões do Conselhos Consultivos Locais Como é constituída a formação da agenda?

_____

5.Nestas sessões/reuniões quem contribue mais, faz mais propostas, coloca mais pontos na pauta para discussão e deliberação?

_____

6.Existe facilitação do diálogo? Como se efetiva a colaboração para a tomada de decisão? Há debates e decisões livres de constrangimento em pé de igualdade no conselho? Qual deles prevalece?

_____

7.Existem pessoas responsáveis para dirigir o processo de tomada de decisões? Quem è o responsável de intermediar o dialogo entre mediador de interesses?

_____

8. Quais são os assuntos que são discutidos pelo conselho local?

_____

9.Como ocorre o processo de tomada de decisões? Todos os participantes têm oportunidades para apresentar suas opiniões?

_____

10.Quais são os procedimentos para participar do processo decisório?

ANEXOS

Fig.1 Edifico do Governo do Distrito Do Ile.

Fig.2-Edificio do Hospital Distrital do Ile